



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL

Junho/2022



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

DIRETOR GERAL DO CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL
ADALTO AIRES PARADA

DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
ADRIANA DA IGREJA

COORDENADORA GERAL DE ENSINO
ANDREIA LUCIANA DA ROSA SCHARMACH

COORDENADORA DO CURSO
SUSANA NUNES TAULÉ PIÑOL

Comissão Responsável pela Elaboração do PPC

Susana Nunes Taulé Piñol

Sérgio Ruggiero

Adriano Silveira Mastella

Cassiano Pessanha Madalena



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO	5
3. CONTEXTO EDUCACIONAL	7
3.1 Histórico da Instituição - Campus	8
3.2 Justificativa da Criação do Curso	8
3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso	8
4 OBJETIVOS DO CURSO	8
4.1 Objetivo Geral	8
4.2 Objetivos Específicos	8
4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso	8
5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	9
5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	9
5.2 Políticas de Apoio ao Estudante	9
5.2.1 Assistência Estudantil	9
5.2.2 Atividades de Nivelamento	9
5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão	9
5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado	9
5.3.2 Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne)	9
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	10
6.1 Perfil do Egresso	10
6.2 Campo de Atuação	10
6.3 Organização Curricular	10
6.3.1 Relação Teoria e Prática	14
6.3.2 Prática Profissional	14
6.3.3 Prática como Componente Curricular	14
6.3.4 Interdisciplinaridade	16
6.5 Matriz Curricular	18
6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023	18
6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos	24
6.6 Educação a distância (EaD)	24
6.6.1 Justificativa da opção metodológica pela EaD	24
6.6.2 Estrutura física disponível no campus	25
6.6.3 Atividades de Tutoria	25
6.6.4 Equipe Multidisciplinar	27
6.6.5 Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem	28
6.6.6 Ambiente Virtual de Aprendizagem	28
6.6.7 Material Didático	29
7 Representação Gráfica do Perfil de Formação	30





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

7.1 Ações de Extensão	30
7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa	30
7.3 Linhas de Pesquisa	31
7.4 Atividades Curriculares Complementares	31
7.5 Atividades de Monitoria	34
7.6 Trabalho de Conclusão de Curso	34
7.7 Estágio Curricular Supervisionado	35
7.7.1 Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	35
7.7.2 Estágio Curricular não obrigatório	37
8 AVALIAÇÃO	38
8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem	38
8.2 Sistema de Avaliação do Curso	40
8.3 Aproveitamento de Estudos	40
8.4 Avaliação de Extraordinário Saber	41
8.5 Expedição de Diploma	41
9 EMENTÁRIO	42
9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios	42
9.2 Componentes Curriculares Optativos	43
10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	44
10.1 Descrição do Corpo Docente	44
10.2 Coordenação de Curso	44
10.3 Núcleo Docente Estruturante	45
10.4 Colegiado de Curso	47
10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível	48
10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	49
11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL	50
11.1 Biblioteca	50
11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios	50
11.3 Áreas de Esporte e Convivência	50
11.4 Áreas de Atendimento ao Estudante	50
11.5 Acessibilidade	50
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
13 REFERÊNCIAS	52
14 ANEXOS	54
15 APÊNDICE	54



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

1. APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus* Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Superior de Tecnologia em Logística
COORDENADOR	Susana Nunes Taulé Piñol 1785186 Dedicação Exclusiva Doutora em Tecnologia e Sociedade 47 32334005 logistica.grad.sfs@ifc.edu.br
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	Susana Nunes Taulé Piñol 1785186 Dedicação Exclusiva Doutora em Tecnologia e Sociedade 47 32334005 susana.pinol@ifc.edu.br
	Adriano Silveira Mastella 2051886 Dedicação Exclusiva Doutor em Administração e Turismo 47 32334033 adriano.mastella@ifc.edu.br
	Joceli Antônio Andreola 2276753 Dedicação Exclusiva Mestre em Administração 47 32334005 joceli.andreola@ifc.edu.br
	Luciano Rosa 1691191 Dedicação Exclusiva Doutor em Gestão - Contabilidade 47 32334005 luciano.rosa@ifc.edu.br
	Cassiano Pessanha Madalena 1066030 Dedicação Exclusiva Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades 47 32334033 cassiano.madalena@ifc.edu.br
	Sérgio Ruggiero 1977723 Dedicação Exclusiva Doutor em Engenharia da Produção 47 32334005 sergio.ruggiero@ifc.edu.br
	Eduardo Francisco Ferreira 1982437 Dedicação Exclusiva



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Mestre em Estudos de Linguagens 47 32334033 eduardo.ferreira@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Superior
TITULAÇÃO	Tecnólogo
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus São Francisco do Sul Rodovia Duque de Caxias, 6750, Iperoba, São Francisco do Sul. (47)3233-4000 ifc@saofrancisco.ifc.edu.br http://www.saofrancisco.ifc.edu.br
TURNO	Noturno
NÚMERO DE VAGAS	40 vagas anuais
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Núcleo Básico: 360 horas
	Trabalho de Conclusão de Curso: 60 horas
	Atividades Curriculares Complementares: 40 horas
	Curricularização da Extensão: 175 horas
	Curricularização da Pesquisa: 190 horas
Carga horária Total do Curso: 1720 horas	
PERIODICIDADE DE OFERTA	Oferta anual
PERÍODO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	Seis semestres
PERÍODO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	Nove semestres
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução do Consuper/IFC nº 19/2013
Legislação vigente para o curso: <ul style="list-style-type: none">⌚ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;⌚ Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003.⌚ Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.⌚ Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.⌚ Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;⌚ Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;⌚ Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004.⌚ Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017.

- ⌚ Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- ⌚ Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.
- ⌚ Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.
- ⌚ Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei ° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- ⌚ Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019.
- ⌚ Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.
- ⌚ Parecer do CNE/CES nº 293/2008 - Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.
- ⌚ Parecer do CNE/CES nº 436/2001, aprovado em 2 de abril de 2001 - Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo.
- ⌚ Portaria nº 413, de 11 de maio de 2016 - Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
- ⌚ Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia (2016).
- ⌚ Resolução do CNE/CES nº 01, de 5 de janeiro de 2021– Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica,
- ⌚ Parecer do CNE/CES nº 17/2020 – Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)



3. CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 Histórico da Instituição - Campus

O Campus São Francisco do Sul teve seu funcionamento autorizado através da Resolução *Ad Referendum* no 006/2011, do Conselho Superior, em 28/02/2011.

Iniciou como Campus Avançado, vinculado administrativamente ao Campus Araquari, e ganhou autonomia em 23 de abril de 2013, com a Portaria 330/MEC. As atividades de ensino foram iniciadas em março de 2010, com o Curso Técnico em Informática para Internet, na modalidade subsequente, realizado em uma sala de aula cedida pela Escola Municipal Franklin de Oliveira, no bairro Reta. Em 2011, o funcionamento foi transferido para uma sede provisória no 2º andar do São Francisco Shopping, localizado no centro da cidade, que posteriormente foi ampliada também para o 4º andar do mesmo edifício. No início de 2012, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul efetivou a doação de um terreno de 40.128 mil metros quadrados, no km 6 da Rodovia Duque de Caxias, no bairro Iperoba, para a construção de um campus próprio do instituto. As obras foram iniciadas ainda em 2012, e o término da construção aconteceu em 2014, totalizando 5.577,39 metros quadrados de área construída. Em 2015 as atividades do IFC - Campus São Francisco do Sul foram então completamente transferidas para a nova sede - Rodovia Duque de Caxias, nº 6750, bairro Iperoba em | São Francisco do Sul/ SC.

Atualmente, o campus oferece cursos técnicos em Administração, em Guia de Turismo e em Automação Industrial, na modalidade integrado ao ensino médio; cursos técnicos em Automação Industrial e em Administração, na modalidade subsequente ao ensino médio e os cursos superiores de Tecnologia em Logística e Engenharia Elétrica. Completando as atividades de ensino, há também o PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com formação em Auxiliar Administrativo.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3.2 Justificativa da Criação do Curso

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008); são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em suas práticas pedagógicas.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFC, 2019): “Os cursos de Graduação ofertados pelo IFC, como um dos níveis de formação profissional, visam garantir uma formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e seu pleno desenvolvimento pessoal”.

O curso superior de **Tecnologia** deve contemplar a formação de um profissional apto a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional e deve ter formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, desenvolvimento da capacidade empreendedora, manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais. A permanente ligação dos cursos de tecnologia com o meio produtivo e com as necessidades da sociedade colocam o IFC em uma excelente perspectiva de contínua atualização, renovação e auto reestruturação (IFC, 2019, p. 57).

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

O PPC homologado para a oferta do curso em 2013 esteve em vigência desde então sendo atualizado em 2021. Tal alteração foi motivada pelo avanço tecnológico e comunicacional perceptível no mercado empresarial que impactou diretamente o segmento de logística, sendo essencial as adaptações efetivadas prevendo o aperfeiçoamento na formação acadêmica dos profissionais em formação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Diante desta perspectiva, na matriz curricular de 2021 foram inseridos os componentes curriculares: Comunicação Empresarial, Produção de Texto, Comportamento Humano nas Organizações, Trabalho e Sociedade, Vivências Organizacionais, Sistemas de Informações Gerenciais, Negócios em Meios Digitais e Gestão Estratégica. Já na matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023 foram incluídas a curricularização da pesquisa e da extensão.

3.3 Princípios Filosóficos e Pedagógicos do Curso

A gênese do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Instituto Federal Catarinense do Campus São Francisco do Sul contempla a importância do conhecimento e a sua constante evolução. Neste contexto, entende-se que as sociedades contemporâneas têm esperado contribuições cada vez mais amplas das instituições de ensino e, nesse sentido, é preciso considerar que a formação profissional deve incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos; incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho; desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços; propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias; promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação. As rápidas transformações econômicas, tecnológicas e políticas da atual conjuntura mundial, constituem o cenário volátil onde as instituições, em diversas áreas e setores, têm sido instadas a se adaptar.

Assim, com o crescimento da indústria, dos serviços, do comércio, da produção e da circulação de riqueza e aumento da complexidade da gestão, assim como do processo de segregação do trabalho e especialização de atividades no município de São Francisco do Sul,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

percebe-se que a qualificação de profissionais para atuarem com a logística em organizações privadas, órgãos públicos ou organizações do terceiro setor, tornou-se de grande importância.

É nesse contexto que nasceu a proposta do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Instituto Federal Catarinense no Campus São Francisco do Sul, que têm origem no Planejamento Estratégico do Campus que identificou a tendência de atuação no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios. Sua concepção está alicerçada em uma demanda local e regional, partindo-se da premissa e do compromisso de delinear um profissional que disponha de uma sólida base de conhecimentos técnicos, cultural e humanística, visão sistêmica e interdisciplinar da atividade de logística, percepção dos avanços tecnológicos e das tendências econômicas e sociais. Além disso, deve ser um cidadão solidário, com capacidade de diálogo com os demais profissionais de sua área e áreas afins, comprometido com a sociedade e capaz de atuar com responsabilidade, liderança e ética no contexto das atividades e do patrimônio das organizações, sabendo adaptar às condições locais e regionais à nova realidade do mundo atual.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Logística é uma forma de educação profissional destinada aos egressos do ensino médio, bem como de outros cursos superiores, que objetiva formar profissionais capazes de planejar, coordenar, operacionalizar e controlar as atividades da cadeia logística inerentes às organizações e sociedade, utilizando as metodologias e tecnologias atualizadas de gestão, identificando oportunidades de ganho de escala e ampliação de resultados operacionais de forma socialmente responsável.



4.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, o Curso Superior de Tecnologia em Logística deverá proporcionar aos acadêmicos os seguintes aspectos:

- a. apropriação de conhecimentos técnico e tecnológico atualizados para formação de competências gerais e específicas inerentes à área;
- b. estimular a criação de habilidades e atitudes que o capacitem a atuação de forma ativa, crítica e criativa na solução dos problemas da cadeia de suprimentos – *Supply Chain*;
- c. capacitar para ter uma visão sistêmica organizacional e social;
- d. formar profissionais de logística com senso de coletividade social e organizacional para produção de resultados, com habilidades para mediação das relações humanas/profissionais;
- e. desenvolver a capacidade empreendedora e inovativa como promotora de resultados organizacionais e sociais;
- f. estimular a formação de capacidade adaptativa às mudanças ambientais, organizacionais, sociais e tecnológicas;
- g. promover a percepção de necessidade de educação continuada;
- h. formar profissionais dotados de capacidade de reflexão ética no que tange ao respeito à legislação vigente, responsabilidade social e ambiental e impacto social e econômico de suas ações.

Paralelo a formação técnica e tecnológica, o Curso Superior de Tecnologia em Logística busca estimular o desenvolvimento da autonomia intelectual, a formação cidadã e do ser humano como promotor do desenvolvimento social, conforme previsto na missão institucional



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

do Instituto Federal Catarinense - PDI.

4.3 Requisitos e Formas de Acesso ao Curso

A seleção para os Cursos de Graduação do IFC é realizada 100% pelo SISU para o processo regular. As vagas que não forem preenchidas pelo SISU serão ofertadas por meio dos processos de cadastro de reserva e/ou vagas não ocupadas, os quais utilizam a análise do histórico escolar como critério de seleção. O IFC utiliza o Sistema de Ações Afirmativas (cotas) em todas as chamadas do processo seletivo, conforme Lei 12.711/2012, Lei 13.409/2016 e Resolução 37/2016 do Consuper.

Para ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Logística, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Também é possível ingressar no Curso Superior de Tecnologia em Logística através de Editais de Transferência, de acordo com os critérios definidos na Organização Didática do IFC. São modalidades de transferência: transferência interna (destinada ao ingresso de estudantes provenientes de outros cursos de graduação do IFC e que desejam mudar de curso e de campus), transferência externa (destinada ao ingresso no curso do IFC, de estudantes provenientes de outras instituições de ensino) e transferência ex officio, conforme determinação de legislação vigente.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 Políticas de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação

Pensar em políticas públicas de ensino demanda destacar a ação política, orgânica ou não, de diferentes atores e contextos institucionais marcadamente influenciados por marcos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

regulatórios fruto de orientações, compromissos e perspectivas – em escala nacional e mundial –, preconizados, entre outros, por agências e/ou organismos multilaterais e fortemente assimilados e/ou naturalizados (DOURADO, 2007, p. 922).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção reconhece as influências estabelecidas por relações nos mais diferentes âmbitos, em termos locais, regionais, nacional e internacional, para a sua efetivação. Implica, então, não desconsiderar que todo o processo educativo é mediado pelas relações do contexto sociocultural, pelas condições institucionais nas quais acontecem as relações de ensino-aprendizagem, pelos fatores organizacionais, pelo dinamismo em que se dá a construção do projeto político-pedagógico e pela materialização dos processos de organização e gestão da educação (DOURADO, 2007).

Nesse contexto é preciso ressaltar a relevância da extensão para a renovação da prática e dos métodos acadêmicos. No IFC a extensão é compreendida como processo educacional que incorpora a formação humana, levando em conta as características locais, sociais, culturais e científicas, podendo tornar o conhecimento produzido acessível à própria instituição e aos cidadãos, razão da existência da extensão. Assim, por meio das políticas da extensão, é possível a revitalização institucional, pois suas ações estabelecem como prioridade as demandas e as experiências externas da comunidade, visando atender a concretude dos processos formativos.

A política de extensão do IFC tem por objetivo a construção do conhecimento científico em diálogo com a comunidade. Neste sentido, o IFC empenha-se na superação da desigualdade, fator que ainda gera exclusão dentre os cidadãos. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria mútua no campo do conhecimento, também instiga os cidadãos a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que buscam melhoria de vida, por meio da educação. Para isso, os Programas, os Projetos e as Ações da instituição devem considerar as necessidades da comunidade, firmar intercâmbio que resulte na reflexão-ação da realidade e permitir o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação. As atividades extensionistas, quando desenvolvidas em diálogo com a comunidade, colaboram para superar a repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

Indistintamente, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino, da extensão e da inovação e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisa preconizadas pela legislação vigente.

A política de pesquisa e inovação do IFC organiza-se de modo a contemplar as indicações expressas na Lei no 11.892/2008, quanto à finalidade e às características dos IFs: “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2008). Na mesma Lei, depreende-se que um dos objetivos dos IFs é o de “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.” Considerando as relações existentes entre ensino, extensão, pesquisa e inovação, e sua integração nas atividades acadêmicas, a pesquisa desenvolvida nas diversas áreas da ciência é entendida como procedimento sistemático e criativo que busca coerência lógica e crítica para intervenção na realidade.

5.2 Políticas de Apoio ao Estudante

5.2.1 Auxílios Estudantis

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros. O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

5.3 Políticas de Acessibilidade e Inclusão

5.3.1 Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado

A instituição de espaços para sensibilização, discussão e incentivo à cultura da inclusão é medida fundamental para garantir condições de permanência e êxito dos estudantes na instituição. Nesta perspectiva, o IFC busca promover a inclusão, não apenas em respeito à legislação vigente, mas compreendendo como seu dever, por ser uma instituição de ensino, acolher e prover uma educação digna a todos, respeitando suas singularidades.

Em 2019 foi instituída a Política de Inclusão e Diversidade do IFC, a qual orienta as ações de promoção da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos para acompanhamento e suporte da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero, sexualidade, necessidades específicas ou de outras características individuais, coletivas e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sociais.

A Política de Inclusão e Diversidade visa promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos. A partir dela foram instituídos os núcleos inclusivos, com atuação nos campi e na reitoria, quais sejam: Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES) e Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC, regulamentado pela Resolução no 15/2021 – CONSUPER, de 29 de abril de 2021. Entende-se por AEE o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. São considerados públicos do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo, mediante avaliação da equipe de AEE. A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, sob enfoque pedagógico. A equipe de AEE é composta, em cada campus, no mínimo por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE.

O regulamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi aprovado pela Resolução 015/2021 do IFC.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 Perfil do Egresso

O currículo, na concepção do Instituto Federal Catarinense, expresso no Projeto Pedagógico Institucional (PDI), consta com uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, contempla os



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

aspectos técnicos da formação profissional, bem como os conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanistas necessários à formação do ser humano comprometido eticamente com o crescimento e com a transformação da sociedade. Por isso, o currículo não se limita a capacitar o acadêmico para o mundo do trabalho, mas também procura prepará-lo para uma percepção crítica dos problemas da sociedade, por meio de uma formação cidadã e humana.

A proposta do Instituto Federal Catarinense é trabalhar com a concepção de currículo que esteja em permanente avaliação e que seja integrado e flexível à realidade dos diversos cursos. Cabe ressaltar que a flexibilidade na mudança curricular é realizada com o objetivo de atender a dinâmica das transformações peculiares ao universo de uma prática pedagógica norteada pelos princípios da indissociabilidade, entre ação-reflexão, ou seja, é elaborado com o objetivo de atender com qualidade e excelência a comunidade acadêmica e local.

De acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia, o Perfil do Egresso para o Curso de Tecnologia em Logística (BRASIL, 2016, p. 45):

Gerencia as operações e processos logísticos. Promove a segurança das pessoas, dos meios de transporte, dos equipamentos e cargas. Articula e atende clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes da cadeia de suprimentos. Elabora documentos de gestão e controles logísticos. Estrutura e define rotas logísticas considerando os diferentes modais. Articula processos logísticos em portos, aeroportos e terminais de passageiros nos diferentes modais. Gerencia e supervisiona o recebimento, o armazenamento, a movimentação, a embalagem, a descarga e a alienação de materiais de qualquer natureza. Gerencia o sistema logístico e sua viabilidade financeira. Gerencia e articula sistemas de manutenção, de suprimento, de nutrição e de atividades financeiras. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Para atender o perfil do egresso, o Curso Superior de Tecnologia em Logística foi concebido a partir de uma reflexão crítica sobre as dimensões e concepções que fazem parte de um currículo de formação de profissionais que esteja em consonância com a ótica das tendências da gestão das organizações dos diferentes setores da sociedade. A matriz curricular foi criada, portanto, de modo a promover um diálogo constante entre a teoria e a prática possibilitando, desta forma, que o acadêmico adquira autonomia para produzir novos conhecimentos em função das necessidades de sua atuação profissional.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A autonomia e o diálogo entre teoria e prática, por sua vez, promove e estimula a interdisciplinaridade no que diz respeito aos estudos e as pesquisas dos acadêmicos.

A matriz curricular do curso foi enriquecida com a diversidade de conhecimentos necessários à formação do profissional que atenda não só a demanda atual do mercado, mas também da sociedade como um todo. O desenvolvimento do curso acontece a partir dos componentes curriculares dispostos na matriz curricular, das atividades complementares que contribuem na formação, proporcionando estudos interdisciplinares e transversais em relação ao mundo do trabalho, e da extensão junto à comunidade. Como aplicação prática, são adotadas as atividades complementares. Recomenda-se a observância da sequência lógica da disposição dos Componentes Curriculares e atividades complementares.

6.2 Campo de Atuação

No Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia, é Campo de Atuação para o egresso do Curso de Tecnologia em Logística (BRASIL, 2016, p. 45):

Distribuidoras e Centros de distribuição.
Empresas de encomendas.
Empresas em geral (indústria, comércio e serviços).
Portos, Aeroportos, Terminais de transporte.
Transportadoras.
Institutos e Centros de Pesquisa.
Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

6.3 Organização Curricular

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Logística está em consonância com a legislação nacional, tais como: Lei n.º 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os cursos de Tecnologia, presentes na Resolução do CNE/CP n.º 01, de 05 de janeiro de 2021, Parecer do CNE/CP 17/2020, Catálogo



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nacional dos Cursos de Tecnologia (2016), Organização Didática do IFC e demais normativas nacionais e institucionais pertinentes ao ensino superior.

De forma a articular o ensino profissional, científico, tecnológico, em atendimento aos objetivos para formação do estudante previstos no perfil do egresso para o Curso de Tecnologia em Logística no Catálogo Nacional para os Cursos de Tecnologia e Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC (PDI), o curso foi concebido a partir de uma reflexão crítica sobre as dimensões e concepções que fazem parte de um currículo de formação de profissionais que esteja em consonância com a ótica das tendências da gestão das organizações dos diferentes setores da sociedade.

Metodologicamente, o currículo proposto estimula o trabalho a partir da concepção da interdisciplinaridade, visto como um sistema de ações institucionais que reconhece e promove a integração, a interseção, a intercontinuidade, o mútuo esclarecimento, a reciprocidade e a instrumentalidade conceitual das experiências entre componentes curriculares do próprio curso.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia, o curso tem sua matriz curricular organizada em 6 (seis) semestres. A carga horária total do curso é de 1.720 (mil setecentos e vinte) horas, sendo 1.680 (mil seiscentos e oitenta) horas de componentes curriculares a cursar e 40 (quarenta) horas das atividades complementares. O total da carga horária do curso é maior que a mínima exigida pelo Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos – MEC, 2016.

6.3.1 Relação Teoria e Prática

A matriz curricular foi criada, portanto, de modo a promover um diálogo constante entre a teoria e a prática possibilitando, a fim de que o acadêmico adquira autonomia para produzir novos conhecimentos em função das necessidades de sua atuação profissional. A autonomia e o diálogo entre teoria e prática, por sua vez, promove e estimula a interdisciplinaridade no que diz respeito aos estudos e as pesquisas dos acadêmicos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A preocupação em relacionar a teoria à prática é permanente e foi pensada desde o projeto de criação do curso. Para que essa relação funcione, as ementas dos componentes curriculares foram elaboradas visando a aplicação prática de todas as fundamentações teóricas.

Dessa forma, o acadêmico adquire o conhecimento necessário no desenvolvimento de aplicações ao longo do curso, além de capacitá-lo para desenvolver os seus conhecimentos na dinâmica do mundo do trabalho com a mesma desenvoltura.

6.3.2 Prática Profissional

A matriz curricular do curso foi enriquecida com a diversidade de conhecimentos necessários à formação do profissional que atenda não só a demanda atual do mercado, mas também da sociedade como um todo. O desenvolvimento do curso acontece a partir dos componentes curriculares dispostos na matriz curricular, das atividades complementares que contribuem na formação, proporcionando estudos interdisciplinares e transversais em relação ao mundo do trabalho, e da extensão junto à comunidade. Como aplicação prática, são adotadas as atividades complementares. Recomenda-se a observância da sequência lógica da disposição dos componentes curriculares e atividades complementares.

6.3.4 Interdisciplinaridade

Integrar saberes é um desafio de qualquer profissional que deseja ser bem-sucedido na sua atuação.

O conhecimento não pode ser visto apenas de forma verticalizada; onde cada Componente Curricular, cada área da ciência contribui isoladamente para o alcance de um objetivo maior. Todas as ciências, os diversos tipos de conhecimento e suas manifestações, obrigatoriamente devem estar presentes e de forma uníssona no desempenho profissional de praticamente todas as atividades profissionais da atualidade.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O “fazer docente” no Curso Superior de Tecnologia em Logística busca a interdisciplinaridade como forma de possibilitar diferentes pontos de vista sobre um mesmo conteúdo; aproximando de forma articulada as áreas do conhecimento objetivando superar a fragmentação do ensino formal.

Desta forma, as áreas do conhecimento que compõe o curso; com suas respectivas disciplinas aqui denominadas componentes curriculares; foram planejadas e distribuídas de forma a se correlacionarem dentro de um contexto universal que garantirá o aprimoramento dentro de um resultado teórico/prático/filosófico, sendo observado um processo de construção do conhecimento constante.

6.3.4.1 Educação Ambiental

Segundo a Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental:

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de Superior de Tecnologia em Logística, a temática ambiental será desenvolvida nos componentes curriculares Gestão da Qualidade, Logística Reversa, Ética Profissional e Responsabilidade Social Empresarial, proporcionando aos acadêmicos as práticas sociais que valorizam a vida em comunidade, a justiça, a equidade socioambiental e a proteção do Meio Ambiente Natural, ao passo que perpassam pelos demais componentes curriculares do curso

A educação ambiental também é abordada em eventos institucionais com a realização de atividades relacionadas ao tema, palestras, filmes/documentários, ações de ensino, pesquisa,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

extensão, entre outras, desde que devidamente registradas, abrangendo a comunidade interna e, se possível, externa do IFC. Neste contexto é relevante destacar que o Campus tem estruturado o Núcleo de Gestão Ambiental – NGA, que promove a integração entre cursos e a interdisciplinaridade por meio de atividades e ações de ensino, pesquisa e extensão voltados às temáticas ambientais.

O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

6.3.4.2 Educação Étnico-Racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso Superior de Tecnologia em Logística, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008 e Resolução CNE/CP nº 01/ 2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares Trabalho e Sociedade, Ética Profissional e Tópicos Especiais em Sociedade e Cultura Brasileira. que perpassam pelos demais componentes curriculares do curso.

Também, neste contexto, é relevante destacar que as temáticas são abordadas institucionalmente em eventos com a realização de atividades relacionadas ao tema, palestras, filmes/documentários, ações de ensino, pesquisa, extensão, entre outras, desde que devidamente registradas, abrangendo a comunidade interna e, se possível, externa do IFC. Outras formas de ações podem surgir da atuação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.3.4.3 Direitos Humanos

De acordo com a Resolução do CNE/CP nº 02/2012 – que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2012, p. 2):

“Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetários”.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 02/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados no PPC nos componentes curriculares: Trabalho e Sociedade, Comportamento Humano nas Organizações, Gestão de Pessoas, Ética Profissional e Responsabilidade Social Empresarial. Esses conteúdos perpassam os demais componentes curriculares do curso, ou mesmo serão trabalhados de forma interdisciplinar. Outras formas de ações podem surgir da atuação do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade – NEGES.

A ampliação por outras áreas de formação visa permitir a busca por conteúdos que venham ao encontro dos projetos pessoais de cada acadêmico, caracterizando, dessa forma, a possibilidade de flexibilização curricular. Atendendo às exigências do Decreto Lei Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, é ofertado também o componente curricular de LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais, como optativo, oportunizando aos acadêmicos crescimento pessoal e uma oportunidade de contribuir para a inclusão social dos deficientes auditivos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.5 Matriz Curricular

6.5.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023

1º semestre						
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	CH Presencial		CH da Curriculização da Extensão (CE)	CH da curriculização da Pesquisa (CP)	CH Total
		CH Teórica	CH Prática			
TLC0801	Teoria da Administração	60				60
TLC0802	Trabalho e Sociedade	30				30
TLC0803	Fundamentos da Matemática	60				60
TLC0804	Economia	60				60
TLC0805	Fundamentos da Logística	60				60
TLC0806	Metodologia Científica				30	30
	Total	270			30	300

2º semestre							
Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH da CE	CH da CP	CH Total
			CH Teórica	CH Prática			
TLC0807	Gestão e Processos de Compras		30				30
TLC0808	Estatística	TLC0803	40			20	60
TLC0809	Gestão da Cadeia de Suprimentos	TLC0805	60				60
TLC0810	Gestão de Custos	TLC0803	60				60
TLC0811	Sistema de Informações Gerenciais		60				60
TLC0812	Comportamento Humano nas Organizações		30				30
	Total		280			20	300

3º semestre						
Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial	CH da	CH da	



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

			CH Teórica	CH Prática	CE	CP	CH Total
TLC0813	Matemática Financeira	TLC0803	30				30
TLC0814	Gestão de Pessoas		50		10		60
TLC0815	Gestão de Estoques	TLC0807	60				60
TLC0816	Gestão Estratégica	TLC0801	60				60
TLC0817	Transportes	TLC0809/ TLC0810	60				60
TLC0818	Comunicação Empresarial		20		10		30
	Total		280		20		300

4º semestre							
Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré- requisito	CH Presencial		CH da CE	CH da CP	CH Total
			CH Teórica	CH Prática			
TLC0819	Pesquisa Operacional	ITLC0803/ TLC0808/ TLC0817	60				60
TLC0820	Ética Profissional	TLC0802	30				30
TLC0821	Empreendedorismo e Gestão de Projetos	TLC0816	50		10		60
TLC0822	Gestão Financeira	TLC0810/ TLC0813	60				60
TLC0823	Gestão da Qualidade	TLC0808	60				60
TLC0824	Produção Textual		20			10	30
	Total		280		10	10	300

5º semestre							
Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré- requisito	CH Presencial		CH da CE	CH da CP	CH Total
			CH Teórica	CH Prática			
TLC0825	Espanhol Instrumental		30				30
TLC0826	Responsabilidade Social Empresarial		20		10		30
TLC0827	Estratégias de Localização e Planejamento da Rede	TLC0805/ TLC0809/ TLC0817/ TLC0819	60				60
TLC0828	Gestão de Marketing		50			10	60
TLC0829	Método de Pesquisa	TLC0806/ TLC0819/ TLC0824			35	60	60
	Total		160		45	70	240



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6º semestre							
Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH Presencial		CH da CE	CH da CP	CH Total
			CH Teórica	CH Prática			
TLC0830	Vivências Organizacionais				30		30
TLC0831	Logística Internacional	TLC0809/ TLC0816	30				30
TLC0832	Inglês Instrumental		30				30
TLC0833	Logística Reversa	TLC0809	20		10		30
(**)	Componente Curricular Optativo		60				60
	Total		140		40		180

6º Semestre do Curso					
Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH da CE	CH da CP	CH Total
TLC0834	Trabalho de Conclusão de Curso	TLC0827/ TLC0829	60	60	60

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Tecnologia em Logística	CH
Carga horária teórica	1.400
Formação Geral	1.620
Atividades Curriculares Complementares	40
Carga horária mínima de optativas	60
Trabalho de Conclusão de Curso	60
Curricularização da Extensão	175
Curricularização da Pesquisa	190
Carga horária Total do Curso	1.720

6.5.2 Matriz Curricular dos Componentes Curriculares Optativos

Código no SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH Teórica	CH Prática	CH Total
TLC0835	Negócios em meios digitais		60		60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

TLC0836	Tópicos Especiais em Logística e Gestão		60		60
TLC0837	Libras		60		60
TLC0838	Tópicos Especiais em Sociedade e Cultura Brasileira		60		60

7 Representação Gráfica do Perfil de Formação

O currículo do Curso Superior de Tecnologia em Logística está organizado para formar profissionais a partir de quatro eixos norteadores, descritos a seguir:

- a) O primeiro eixo norteador é composto por conteúdos de Formação Básica e Humana, inclui componentes curriculares que visam oferecer aos acadêmicos uma compreensão de vida e de sociedade comprometida com uma prática libertadora a partir de um agir ético, cultural e social.
- b) O segundo eixo, de Formação Instrumental, abrange componentes curriculares que objetivam fornecer o alicerce necessário para a construção da formação profissional.
- c) O terceiro eixo, da Formação Profissional, abrange componentes curriculares que têm como principal objetivo abordar os aspectos relacionados aos Conteúdo Específicos da profissão de Tecnólogo em Logística.
- d) O quarto e último eixo, de Formação Teórico-Prática, busca promover a articulação entre teoria e prática, a partir de um movimento contínuo entre saber e fazer, que buscam enriquecer e aprofundar os conhecimentos desenvolvidos nas áreas de formação anteriores.

Quadro 1: Eixos Norteadores

EIXOS NORTEADORES	
Primeiro - Formação Básica e Humana	Segundo - Formação Instrumental
Estatística	Teoria da Administração
Ética Profissional	Metodologia Científica
Fundamentos de Matemática	Gestão de Custos
Libras/Tópicos Especiais em Sociedade e Cultura Brasileira	Economia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Tópicos Especiais em Sociedade e Cultura Brasileira	Empreendedorismo e Gestão de Projetos
Comportamento Humano nas Organizações	Espanhol Instrumental
Responsabilidade Social Empresarial	Gestão da Qualidade
Sistemas de Informação Gerenciais	Gestão de Marketing
Trabalho e Sociedade	Gestão de Pessoas
Comunicação Empresarial	Gestão Financeira
Produção Textual	Gestão Estratégica
	Inglês Instrumental
	Matemática Financeira
Terceiro - Formação Profissional	Quarto - Formação Teórico-Prática
Estratégias de Localização e Planejamento da Rede	Trabalho de Curso
Fundamentos de Logística	
Gestão da Cadeia de Suprimentos	
Gestão de Estoques	
Transportes	
Gestão e Processos de Compras	
Logística Internacional	
Logística Reversa	
Pesquisa Operacional	
Tópicos Especiais em Logística e Gestão -	
Vivências Organizacionais	
Método de Pesquisa	

7.1 Ações de Extensão

As políticas de extensão orientam-se pela razão de que os princípios da relação empresarial e comunitária sendo indutores de desenvolvimento acadêmico e social, que promovam a produção e a democratização do saber no que se refere a organização da sociedade, a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e das responsabilidades do exercício da cidadania, viabilizando a inserção, o reconhecimento e valorização dos egressos do IFC, no mundo do trabalho.

As políticas devem fomentar e acompanhar as atividades de extensão e relações com a



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

sociedade, fortalecendo a interação entre o IFC, as organizações e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa, e incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos.

As iniciativas de ações/projetos de extensão; no Curso Superior de Tecnologia em Logística; são fomentadas por meio de ações institucionais, através de Editais com ou sem recursos de fomento, parcerias com instituições e agências de fomento por iniciativa docente, através da percepção de necessidades da comunidade local submetendo projetos a Edital de fluxo contínuo sem fomento.

7.2 Curricularização da Extensão e da Pesquisa

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

O PPC de Tecnologia em Logística deve garantir no mínimo 10% da carga horária total do curso, para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão está especificada na matriz curricular do curso. Conforme normativa do IFC: As atividades desenvolvidas de forma integrada, articulada e de forma indissociável, serão contabilizadas simultaneamente para atendimento da carga horária prevista, tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa.

No Curso de Tecnologia em Logística as atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa serão desenvolvidas da seguinte forma:

I - Como disciplina(s) específica(s) do curso:

- Metodologia Científica – 30h (1,75% de pesquisa);
- Vivências Organizacionais – 30h (1,75% de extensão);
- Método de Pesquisa - 60h (1,50% de pesquisa e 2,00% integrando pesquisa e extensão);
- Trabalho de Conclusão de Curso – 60h (3,5% integrando pesquisa e extensão).

II - Como parte da carga horária de disciplina(s):

- Estatística – 20h (1,20% de pesquisa);
- Produção Textual – 10h (0,60% de pesquisa);
- Gestão de Marketing – 10h (0,60% de pesquisa)
- Gestão de Pessoas – 10h (0,60% de extensão);
- Empreendedorismo e Gestão de Projetos – 10h (0,60% de extensão);
- Comunicação Empresarial – 10h (0,60% de extensão);
- Responsabilidade Social Empresarial – 10h (0,60% de extensão);
- Logística Reversa – 10h (0,60% de extensão).

No Curso de Tecnologia em Logística, a curricularização de pesquisa soma 190h (que



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

corresponde a 11% da carga horária total do curso). Já a curricularização da extensão, soma 175h, que corresponde a 10% da carga horária total do curso. A Regulamentação das Atividades Curricularizáveis de Pesquisa e Extensão serão normatizadas e aprovadas pelo NDE e Colegiado de Curso.

7.3 Linhas de Pesquisa

A pesquisa na educação profissional estabelece uma relação indissociável com o ensino e a extensão; o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções técnicas e tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade e a preservação do meio ambiente.

Segundo o Ministério da Educação (2008), cabe aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, enquanto fomentadores do diálogo dentro de seu território, provocar a atitude de curiosidade e diálogo com o mundo numa atitude própria de pesquisa. O ato de pesquisar, nos Institutos Federais, é ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade.

A iniciação científica na educação profissional deve constituir-se num processo de inserção do discente no mundo científico e propiciar-lhe contato com os fundamentos para a produção do conhecimento científico e tecnológico. Deve desenvolver no educando a apropriação dos fundamentos teórico-epistemológicos e metodológicos através da realização de pesquisas com base nos fundamentos apreendidos; visando instrumentalizar o discente com os princípios e fundamentos básicos da pesquisa.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O resultado da pesquisa geralmente é expressado em monografias, trabalhos de cursos e artigos, passíveis de divulgação em mostras, feiras, jornadas e em seminários, modalidades previstas para o curso de tecnólogo em logística.

A pesquisa está articulada a matriz curricular do curso e alinhada com o objetivo geral do Curso Superior de Tecnologia em Logística, respeitando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Catarinense em consonância com as demandas locais e regionais do entorno do Campus São Francisco do Sul.

Respeitada esta determinação, a pesquisa pode ser demandada pelas especificidades institucionais, regionais ou ocorrer de forma espontânea, atrelada a formação e área de interesse de pesquisa do corpo docente em consonância eixos norteadores descritos no processo educacional, sendo estes:

- a. Administração e suas áreas especializadas;
- b. Logística;
- c. Empreendedorismo e Intraempreendedorismo;
- d. Desenvolvimento regional;
- e. Integração e colaboração da rede da cadeia de suprimentos;
- f. Gestão da qualidade em processos logísticos;
- g. Gestão da cadeia de suprimentos e distribuição;
- h. Formação ética e cidadã atrelada aos conceitos organizacionais e de distribuição e gestão de recursos da cadeia logística.

7.4 Atividades Curriculares Complementares



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

De acordo com o artigo 123 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper, as atividades complementares são obrigatórias nos cursos de graduação. De forma a proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, é obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam ensino, extensão, pesquisa e inovação.

No Curso Superior de Tecnologia em Logística os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 40 horas de atividades complementares.

Descrição das Atividades Curriculares Complementares

(Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC)

I - Ensino

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso		carga horária comprovada
2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.		carga horária comprovada
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua estrangeira.		carga horária comprovada
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de	cada avaliação	5h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	ensino		
--	--------	--	--

II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão		carga horária comprovada
2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
3	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não- obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.		carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h

III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com <i>qualis</i> na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h
3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h
4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem <i>qualis</i> na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.		carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas		carga horária comprovada



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	públicas de teses, dissertações ou monografias.		
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.		carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.		carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.		carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h

IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.		carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.		carga horária comprovada

7.5 Atividades de Monitoria

A organização de programas de Monitoria é regulamentada pela Resolução Nº 066/2016 IFC/CONSUPER.

O exercício da monitoria do discente do Ensino Superior é vinculado a um Componente Curricular ou laboratório, visando o aperfeiçoamento da formação profissional, fortalecendo a articulação teoria/prática e a integração acadêmica entre discentes e docentes. As atividades de monitoria também permitem que se enalteça novas práticas e experiências pedagógicas, criando condições para a iniciação da prática da docência por meio de atividades de caráter pedagógico diferenciadas e do desenvolvimento de habilidades relacionadas a estas atividades e a recuperação de discentes com maior dificuldade de aprendizagem.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O Curso Superior de Tecnologia em Logística poderá viabilizar programas de ensino/extensão na modalidade de monitoria de forma espontânea, pela manifestação de interesse de docente(s), ou demandada através de manifestação de discentes interessados ou apontamentos do NDE aprovados pelo Colegiado de Curso, em todos os casos deve ser considerada a Nota Técnica e/ou Resolução IFC/CONSUPER vigente.

7.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Curso (TC) do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFC/SFS, com carga horária de 60 horas, tem por finalidade consolidar os conhecimentos adquiridos no curso, com o objetivo de desenvolver a capacitação e autoconfiança do acadêmico na concepção, implementação e avaliação de uma situação real na área relativa ao curso.

Estão aptos a cursar o componente curricular Trabalho de Curso (TC) do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFC/SFS, os discentes que:

- Tenham integralizado o mínimo de 60% (sessenta) dos créditos da carga horária do curso, conforme prevê o §1º do Art.4º da Resolução 054/2010 IFC/CONSUPER;
- Tenham cursado com aprovação os pré-requisitos constantes no Quadro 1: Matriz Curricular de Componentes Curriculares Obrigatórios para a realização do Trabalho de Curso (TC);
- Atendam os dispositivos acessórios do Regulamento do Trabalho de Curso (TC) do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFC/SFS.

O Trabalho de Curso (TC) deve ser desenvolvido individualmente, dentro do que prevê sua respectiva ementa. Durante a consecução dos componentes curriculares do curso, o discente deve produzir um projeto, academicamente viável, de desenvolvimento que o conduzirá para os desenvolvimentos do Trabalho de Curso (TC) que deve resultar uma monografia passível de defesa em banca examinadora.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Os acadêmicos matriculados no Trabalho de Curso (TC), terão acompanhamento no desenvolvimento do trabalho, além do professor do componente curricular, de um orientador, que deve ser um professor da área afim do curso, com possibilidade de haver um coorientador.

O componente curricular Trabalho de Curso (TC) não prevê exame, conforme determina a Resolução 054/2010 IFC/CONSUPER; o Trabalho de Curso (TC) apresentado por discente a banca examinadora que não obtiver Média final (MF) igual a 7,0 pode ser reapresentado obedecendo os critérios do Regulamento de Trabalho de Curso do Curso Superior de Tecnologia em Logística do IFC/SFS.

No IFC, o Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução 054/2010 IFC/Consuper.

7.7 Estágio Curricular Supervisionado

O Curso Superior de Tecnologia em Logística não conta com estágio curricular obrigatório, porém será admitido o estágio em caráter extracurricular.

7.7.1 Estágio Curricular não obrigatório

O Curso Superior de Tecnologia em Logística admitirá estágios em caráter não obrigatório nos limites da Lei 11.788/08 e da Resolução IFC/CONSUPER vigente. Além da legislação vigente a oferta está vinculada a disponibilidade de professores orientadores, observada a Nota Técnica e/ou Resolução IFC/CONSUPER vigente.

O cômputo das horas realizadas durante o estágio será analisado pela coordenação do curso que poderá validar o mesmo, observada a Resolução IFC/CONSUPER, no que tange as atividades complementares, permitindo assim que seja feito o registro junto à documentação do aluno.



8 AVALIAÇÃO

8.1 Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O Curso Superior de Tecnologia em Logística, em consonância com as políticas do IFC, compreende que a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem dos acadêmicos deve ser realizada de forma contínua e processual, tendo relação direta com os objetivos propostos pelos componentes curriculares. Os docentes devem conceber a avaliação do processo como uma dimensão orientadora e contínua que deve permitir ao estudante conscientizar-se de seus avanços e de suas dificuldades para que possa permanecer progredindo na construção do conhecimento.

Prevê, que a diversidade de instrumentos possibilita compreender o processo de apropriação de saberes pelo acadêmico nas diferentes dimensões que tem a intenção de promover a criação de competências e habilidades, assim como a necessidade de organizar ações de recuperação ao longo do processo tendo por última instância o exame final. Por estas razões, a avaliação deve acontecer durante todo o processo, evitando assim sua vinculação ao uso de estratégias isoladas de aprendizagem e evidenciando seu caráter participativo e emancipatório.

Assim, primando pela participação reflexiva de todos os atores institucionais, o IFC, por meio de seus processos de avaliação da aprendizagem e de currículo, com caráter participativo e emancipatório, busca oferecer espaços instituídos que contribuam para a construção de sentidos, de transformações pessoais e sociais.

Na esteira da efetivação de um processo de ensino significativo, o IFC preconiza que a avaliação deve ocorrer no próprio processo de trabalho dos acadêmicos, no dia a dia da sala de aula, no momento das discussões em grupo e em atividades individuais. Entende-se, a partir dessa abordagem que, necessariamente por trás de uma nota deve haver uma aprendizagem e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

uma troca de saberes entre os atores envolvidos.

A partir dos critérios e das formas de avaliação propostos pelo IFC e do entendimento de que a avaliação é um processo contínuo, o curso de Tecnólogo em Logística propõe a superação de uma avaliação classificatória (considerando os condicionantes quantitativos regimentais), na perspectiva de que cada ator envolvido no processo de ensino-aprendizagem atue com vistas a uma avaliação inovadora e formativa e que contribua para a melhoria da qualidade do processo.

O sistema avaliativo de ensino aprendido no curso de Tecnólogo em Logística é norteado por resolução específica do IFC, prevendo o mínimo de dois processos avaliativos semestrais com possibilidade de uso de múltiplas ferramentas a critério do docente, devendo os procedimentos serem analisados e validados pelo NDE do Curso, quando da apresentação e análise do plano de ensino de cada componente curricular. Considerando a resolução específica IFC vigente, participando dos processos avaliativos previstos em cada componente curricular, estará aprovado o aluno que obtiver média igual ou superior a 7,0 e um mínimo de 75% de presenças. Alunos que não atingirem a média de 7,0 têm sua aprovação vinculada a prestação de “Exame” que deverá alcançar a média mínima de 5,0 pontos conforme o cálculo: $(\text{Média Semestral} + \text{Nota de Exame}) / 2 = 5$.

Os processos avaliativos dos componentes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Logística buscam a migração, até sua totalidade, dos processos avaliativos somativos para os processos avaliativos formativos. Na Organização Didática dos Cursos do IFC, observa-se as orientações sobre o processo avaliativo, descritos a partir do artigo 199.

Art. 199 - A avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso, expressos no rendimento acadêmico e assiduidade.

Art. 200 A aprovação está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico mínimo exigido na avaliação da aprendizagem e na assiduidade.

Art. 201 Cabe cumulativamente ao docente, coordenação de curso, Colegiado de Curso e/ou Conselho de Classe a análise dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo, bem como dos prováveis motivos que originaram tais resultados, a fim de repensarem a metodologia, a prática pedagógica, as estratégias de ensino e o



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes.

Art. 202 Entende-se por rendimento acadêmico o resultado da participação do estudante nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular. Parágrafo único. Os registros do rendimento acadêmico são realizados pelo docente individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

Art. 203 - As avaliações da aprendizagem, considerando as finalidades das avaliações, quais sejam diagnosticar o rendimento da aprendizagem bem como propor formas de sanar o rendimento inferior à média, devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular.

Art. 204 - Para o processo avaliativo, devem ser utilizados instrumentos diversificados pelo docente, que deve considerar a sistemática de avaliação definida no PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma.

Art. 205 - O docente deve, no ato da devolução do instrumento de avaliação ao estudante, discutir os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. Parágrafo único. O docente deve devolver o instrumento de avaliação ao estudante no prazo de até 20 (vinte) dias letivos após a realização da avaliação.

Art. 206 - O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 209 - O rendimento acadêmico de cada ciclo avaliativo é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas no ciclo, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular, de acordo com o PPC.

Parágrafo único. O número das avaliações da aprendizagem aplicadas em cada ciclo pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular e o plano de ensino, devendo ser no mínimo duas avaliações.

Art. 210 - Nos cursos subsequentes, concomitantes e de graduação o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem, sendo ao longo do processo ou no exame final.

Art. 211 A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.

Art. 212 O registro da nota da reavaliação da aprendizagem podem ocorrer:

I - após cada avaliação; ou

II - ao final de cada ciclo.

§ 1º A reavaliação da aprendizagem no curso Técnico Integrado ocorrerá na forma de recuperação paralela.

§ 2º O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada.

§ 3º Cada estrutura curricular de curso deve adotar somente uma forma de reavaliação, devendo estar expressa nos PPC's.

Art. 214 O estudante com falta sem justificativa no dia da realização da avaliação, não tem direito à reavaliação, quando:

I - não realizou a atividade avaliativa, quando a reavaliação ocorrer após cada avaliação;

II - não realizou nenhuma das atividades avaliativas, quando a reavaliação ocorrer ao final de cada unidade.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Art. 215 É obrigatória a divulgação do rendimento acadêmico do ciclo conforme Calendário Acadêmico.

§ 1º A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do sistema oficial de registro e controle acadêmico, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

§ 2º No ato da divulgação do rendimento acadêmico de uma unidade, o docente já deve ter registrado no sistema oficial de registro e controle acadêmico a frequência do estudante naquela unidade.

§ 3º O rendimento acadêmico só é considerado devidamente divulgado quando atendidos os requisitos do *caput* e dos parágrafos 1º e 2º.

Art. 216 É permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado, solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem, inclusive recursos quanto às reavaliações.

§ 1º A revisão de rendimento acadêmico é requerida à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da entrega do instrumento avaliativo.

§ 2º A revisão de rendimento acadêmico é realizada por uma comissão formada por 3 (três) servidores (1 membro da equipe pedagógica designada pela DEPE e dois docentes, sendo, no mínimo, um deles da área do conhecimento), indicados pela Coordenação de Curso, sendo vedada a participação dos docentes que corrigiram a avaliação em questão.

§ 3º O resultado da revisão de rendimento acadêmico deve ser comunicado ao docente do componente curricular e ao estudante e encaminhado à coordenação do curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após publicação do resultado, em relato sumário.

§ 4º Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

Art. 217 -Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos em cada unidade.

Parágrafo único. A média parcial é divulgada simultaneamente com a divulgação do resultado do rendimento acadêmico da última unidade.

Art. 218 - É considerado aprovado o estudante que atender o seguinte critério:

I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete), nos cursos que possuem exame final.

Art. 219 - O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 têm direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

Media Final = $\frac{\text{Media do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5,0$

2

Art. 220 O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado.

Art. 221 Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

Art. 222 Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação.

§ 1º O pedido de nova avaliação deve ser protocolado na CRACI no prazo de 3 (três) dias



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

úteis após o fim do impedimento;

§ 2º Cabe a CRACI analisar e dar parecer do pedido de nova avaliação e, caso deferido o pedido, encaminhar ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

§ 3º O pedido de nova avaliação deve conter a justificativa e os documentos comprobatórios da ausência.

§ 4º São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação.

§ 5º Casos não contemplados no §4º devem ser encaminhados ao colegiado de curso para análise e deliberação.

8.2 Sistema de Avaliação do Curso

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069 CONSUPER/2014.

A avaliação integrará três modalidades, a saber:

- Avaliação das Instituições de Educação Superior, dividida em 2 etapas: auto-avaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP);
- Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG): visitas in loco de comissões externas;
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE): para iniciantes e concluintes, em amostras, com definição anual das áreas participantes.

A avaliação do Curso acontecerá por meio de dois mecanismos constituídos pelas avaliações externa e interna.

AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa considerará o desempenho do Curso em relação ao mercado de trabalho, ao grau de satisfação do egresso e aos critérios estabelecidos pelo Ministério da



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Educação (resultados do ENADE e da Avaliação das Condições de Ensino). A avaliação externa abrangerá, ainda:

- Pesquisa junto à sociedade civil organizada, com os quais o Curso desenvolve suas atividades, para verificar a adequação dessas atividades e o grau de satisfação dos mesmos.
- Pesquisa junto às empresas parceiras, que absorverá os egressos do Curso, para verificar o grau de satisfação da comunidade externa em relação ao desempenho dos mesmos.
- Pesquisa junto aos egressos, para verificar o grau de satisfação dos ex-alunos em relação às condições que o Curso lhes ofereceu e vem lhes oferecer (formação continuada).

AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna considera, basicamente, três conjuntos de elementos: as condições, os processos e os resultados:

- Condições: corpo docente; corpo discente; corpo técnico-administrativo; infraestrutura; perspectiva utilizada na definição e organização do currículo; perfil profissional e as perspectivas do mercado de trabalho; estágios; efetiva participação de estudantes em atividades de Iniciação Científica, extensão e monitoria; atratividade do curso e interação com área científica, técnica e profissional e com a sociedade em geral;
- Processos: interdisciplinaridade; formação interdisciplinar; institucionalização; qualidade do corpo docente e sua adequação aos cursos de Graduação e Tecnológicos (domínio dos conteúdos, planejamento, comunicação, compromisso com o ensino, pesquisa, extensão, orientação/supervisão); avaliação da aprendizagem (critérios claros e definidos, relevância dos conteúdos avaliados, variedade de instrumentos, prevenção da ansiedade estudantil); estágio; interação Instituição/Sociedade;
- Resultados: capacitação global dos concluintes; preparo para exercer funções profissionais (executar atividades-tarefa típicas da profissão, aperfeiçoar-se



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

continuamente); qualidade do curso (necessidades do mercado do trabalho, atualidade e relevância técnico-científica dos conteúdos, desempenho em Pós-graduação/cursos típicos da carreira, adequação do currículo às necessidades futuras); análise comparativa (cursos da mesma área em outras instituições, outros cursos da mesma instituição).

A avaliação interna também poderá ser feita através da percepção dos professores do curso, representados pelo Colegiado do Curso, no que se refere ao desenvolvimento das disciplinas, e principalmente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) através da avaliação do nível técnico dos trabalhos realizados nos componentes TC I e TC II, já que estes componentes curriculares espelham a construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos discentes, no decorrer do Curso Superior de Tecnologia em Logística. Na ocorrência deste modelo de avaliação, deverá ser designada uma comissão com integrantes representando NDE e Colegiado do Curso, devidamente, nomeada por portaria específica.

Será realizada uma coleta de dados junto aos servidores e discentes envolvidos no curso, ao término de cada semestre, para obter informações relativas aos elementos acima citados. Alguns exemplos de itens a serem avaliados são:

- Desempenho do docente: em relação a clareza, fundamentação, perspectivas divergentes, importância, inter-relação e domínio dos conteúdos, questionamento, síntese soluções alternativas;
- Desempenho didático-pedagógico: em relação ao cumprimento de objetivos, à integração de conteúdos, aos procedimentos e materiais didáticos e bibliografia; e aspectos atitudinais e filosóficos (aspectos éticos, clima livre de tensão orientação, atitudes e valores); pontualidade do professor e exigência de pontualidade dos alunos;
- Desempenho discente: expressado pela participação em aula e atividades, informação ética, realização de tarefas, interesse e presença integral.

A Resolução nº 069 do Conselho Superior de outubro de 2014 dispõe sobre as diretrizes para criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) dos campi do Instituto Federal Catarinense e em seu Cap. III, art. 7º, parágrafo 1º dispõe da constituição da CPA. De acordo com este



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

documento, uma comissão será instituída em cada Campus – a Comissão Local de Avaliação (CLA) – com o objetivo de coordenar e articular o processo interno de avaliação, bem como sistematizar e disponibilizar informações e dados requeridos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES.

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada Câmpus.

No Campus São Francisco do Sul, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso Superior de Tecnologia em Logística utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliações in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

A CPA integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição funcionando com o apoio do Departamento de Desenvolvimento Educacional do Campus.

8.3 Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos está regulamentado na Organização Didática do IFC. O aproveitamento de estudos, permite que estudos realizados pelo estudante, em outras



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

instituições de ensino, nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC possam ser passíveis de serem aproveitados. Para tanto, os cursos devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados, para que seja possível o aproveitamento. Para solicitar o aproveitamento, o requerimento deverá ser protocolado, pelo estudante, na secretaria acadêmica do campus, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico do campus, com os documentos solicitados de acordo com a Organização Didática do IFC.

O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de parte deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

8.4 Avaliação de Extraordinário Saber

A Avaliação de Extraordinário Saber traz a possibilidade do estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC do Curso Superior de Tecnologia em Logística, de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

8.5 Expedição de Diploma

Os concluintes dos cursos superiores do IFC, observadas e cumpridas todas as exigências legais e regimentais, colarão grau e receberão seus diplomas. Os Históricos Escolares e demais



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

documentos serão emitidos pelo Setor de Registro Acadêmico do campus, constando a assinatura do responsável pelo Setor de Registro Acadêmico.

Todo o trâmite para a emissão desses documentos deve obedecer a Organização Acadêmica dos Cursos Superiores de Graduação.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

9 EMENTÁRIO

9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

1º SEMESTRE

Componente Curricular	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO	Carga Horária	60h
Ementa	A ciência administração. As organizações como objeto de estudo e a complexidade organizacional. Escolas e teorias da administração e sua evolução no contexto social das organizações. Apresentação de teorias e escolas com ênfase nas tarefas; teorias e escolas com ênfase na estrutura organizacional; teorias e escolas com ênfase nos recursos humanos; teorias e escolas com ênfase no ambiente concorrencial; teorias e escolas com ênfase na tecnologia; teorias e escolas contemporâneas.		
Bibliografia Básica	CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. Administração: teorias e processo. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. MAXIMIANO, Antônio C. Amaru. Teoria geral da administração: Edição Compacta. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da administração. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.		
Bibliografia Complementar	ASSEM, Marcel V.; BERG, Gerben V. D.; PIETERSMA, Paul. Modelos de gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução a teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações - edição compacta. 3 ed. rev. atual. 7ª reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. 5. ed. atual. Barueri - SP: Manole, 2014. MAXIMIANO, Antônio C. Amaru. Introdução à administração. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella G. de. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2013.		

Componente Curricular	TRABALHO E SOCIEDADE	Carga Horária	30h
Ementa	Caracterização da sociedade contemporânea e mundo do trabalho.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Sociedade e subjetividade. Vida cotidiana e atividades profissionais. Problemáticas sociais contemporâneas: sustentabilidade, direitos humanos, trabalho e relações étnico-raciais - Cultura Afro-Brasileira e Indígena, trabalho e gênero, implicações sócio-ocupacionais das políticas sociais e econômicas.
Bibliografia Básica	GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. SANTOS, Boaventura de Sousa. A globalização e as ciências sociais. 4. ed. -. São Paulo, SP: Cortez, 2011.
Bibliografia Complementar	ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. Sociologia: um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2009. DAVIS, Keith; NEWSTROM, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo, SP: Cengage Learning, 1996. HOBSBAWM, E. J. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 17 ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. WEBER, Max. A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2004

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DA MATEMÁTICA	Carga Horária	60h
Ementa	Conjuntos Numéricos. Operações com números reais. Porcentagem. Razão e proporção. Equações de primeiro e de segundo grau. Sistemas lineares de duas variáveis. Inequações de primeiro e de segundo grau. Funções polinomiais. Funções exponencial e logarítmica. Introdução à derivada e aplicações.		
Bibliografia Básica	IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: Conjuntos, Funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. LEITHOLD, Louis. Matemática aplicada a economia e administração. São Paulo: Harbra, 2001 MUROLO, Afrânio C.; BONETTO, Giacomo. Matemática aplicada a administração, economia e contabilidade. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo, Cengage Learning, 2012.		
Bibliografia Complementar	HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar João. Matemática aplicada: administração, economia e contabilidade. São Paulo: Saraiva, 1999. MOREIRA, José Vicente; BRAGA, Carlos Alberto Bandeira; CAPISTRANO, Roberto de Almeida; MOREIRA, Solange Delgano. Elementos da matemática básica para universitários. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2015. SAFIER, Fred. Pré-Cálculo: Coleção Schaum. Bookman Editora, 2009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. Matemática básica para cursos superiores. São Paulo: Atlas, 2015. TAN, S. T.; TAL, Fábio Armando. Matemática aplicada a administração e economia. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.
--	---

Componente Curricular	FUNDAMENTOS DA LOGÍSTICA	Carga Horária	60h
Ementa	A Logística na estrutura organizacional. Fundamentos conceituais, aplicações e atividades da Logística. Objetivos Logísticos. Logística Integrada. Logística e Valor para o Cliente e o nível de serviços logísticos. Ferramentas Gerenciais e de Apoio à Logística. Cadeia de Suprimentos.		
Bibliografia Básica	BALLOU, Ronald. Logística Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2013. CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 2ª edição São Paulo: Thomson Pioneira, 2013 PIRES, Silvio R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e Casos, 2ª edição. São Paulo: ATLAS, 2014.		
Bibliografia Complementar	NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística empresarial: uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012. BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento, 2ª edição rev. e atual.. São Paulo: Saraiva, 2009 TAYLOR, David. A logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005. ALVARENGA, Antônio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão. Logística aplicada: suprimentos e distribuição física. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2000. POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: um enfoque para os cursos superiores de tecnologia. São Paulo: Atlas, 2015.		

Componente Curricular	ECONOMIA	Carga Horária	60h
Ementa	Introdução à economia, microeconomia, teoria elementar do funcionamento de mercado, teoria do consumidor, estrutura de mercado, organização industrial, macroeconomia, renda e produto nacional, inflação.		
Bibliografia Básica	PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONETO JR., Rudinei (Org.). Manual de Economia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011 MANKIOW, N. Gregory. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Cengage, 5ª edição São Paulo: Cengage Learning, 2009 KUPFER, Davis. Economia Industrial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.		
Bibliografia	MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Complementar	configurações 2 ed., São Paulo: Atlas, 2003 PORTER M. Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus 1989 PORTER, M. Competição. Ed. rev., atual. Rio de Janeiro: Campus, 2009 SILVA, César Roberto Leite da. Economia e mercados: introdução a economia. 19 ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010 VEIGA, José Eli da (Org). Economia socioambiental. São Paulo: Editora Senac, 2010.
---------------------	---

Componente Curricular	METODOLOGIA CIENTÍFICA	Carga Horária	30h
Ementa	Introdução aos conceitos de metodologia científica: o conhecimento científico e outros tipos de conhecimento; a ciência contemporânea e a investigação científica. O processo de pesquisa científica e suas classificações, métodos e técnicas de pesquisa. Planejamento da pesquisa científica (finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório). Redação científica: linguagem e normas técnicas.		
Bibliografia Básica	CERVO, Amado Luiz; BERVIAM, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Manual da metodologia da pesquisa científica. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar	ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 10ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 41ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª Ed. Ver e Atual. São Paulo: Cortez, 2007.		

2º SEMESTRE

Disciplina	GESTÃO E PROCESSOS DE COMPRAS	Carga Horária	30h
Ementa	Previsão de Demanda, Lote Econômico de Compras, Lote Econômico de		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Fabricação, Visão geral: verticalizar ou horizontalizar uma compra, A gestão e o processamento de pedidos: MRP, MRPII e ERP, Programação e o sequenciamento de tarefas.
Bibliografia Básica	BALLOU, Ronald H.; YOSHIZAKI, Hugo T. Y. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. SLACK, Nigel. Administração da Produção. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. HARA, Celso Minoru. Logística: armazenagem, distribuição, trade marketing. 5. ed. Campinas: Alínea, 2013.
Bibliografia Complementar	CORRÊA, Henrique Luiz; CORRÊA, Carlos Alberto. Administração de produção e operações: manufatura e serviços: uma abordagem estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2012. VIVALDINI, Mauro; PIRES, Silvio Roberto Ignácio. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimento. São Paulo, SP: Atlas, 2010 WANKE, Peter F. Estratégia logística em empresas brasileiras: um enfoque em produtos acabados. São Paulo: Atlas, 2010. WANKE, Peter. Gestão de estoques na cadeia de suprimentos: decisões e modelos quantitativos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina	ESTATÍSTICA	Carga Horária	60h
Ementa	Estatística descritiva. Probabilidade. Distribuições de Probabilidade. Teoria da Amostragem. Estimação. Correlação e Regressão.		
Bibliografia Básica	BRUNI, A. L. Estatística aplicada à gestão empresarial. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. SILVA, E. M.; SILVA, E. M.; GONÇALVES V.; MUROLO, A. C. Estatística: para os cursos de economia, administração e ciências contábeis. v. 1. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010. TIBONI, C. G. R. Estatística básica: para os cursos de administração, ciências contábeis, tecnológicos e de gestão. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar	DOWNING, D.; JEFFREY, C. Estatística aplicada: 3 ed. São Paulo. Saraiva, 2010. GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. Matemática fundamental: uma nova abordagem: ensino médio: volume único. São Paulo: FTD, 2011. MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. Noções de probabilidade e estatística. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2010. SMAILES, J.; MCGRANE, A. Estatística aplicada a administração com Excel. São Paulo. Atlas, 2002. STEVENSON, W. J. Estatística aplicada a administração. São Paulo. Harbra, 2001.		

Disciplina	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	Carga Horária	60h
------------	------------------------------------	---------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

EMENTA	Introdução aos sistemas de informação: evolução da informática, conceito de dados, informação, conhecimento. Conceito de Sistemas de Informação Estratégico, Gerencial e Operacional. Valor da Informação e Gestão Estratégica de TI, Conceitos de Sistemas Corporativos, Sistemas de Informações Operacionais (TMS, OMS, WMS, LMS), Sistemas de Relacionamento com o Cliente (CRM), Sistemas de Cadeia de Suprimentos (SCM), Sistemas de Planejamento de Recursos (ERP), Suporte e Apoio à Decisão (SAD) e Decisão Estratégica (SADE), Sistemas Especialistas, Modelos de negócios sobre a Internet.
Bibliografia Básica	LAURINDO, Fernando José Barbin. Tecnologia da informação: planejamento e gestão de estratégias. São Paulo: Atlas, 2008. ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Angelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. 2. ed.rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012. TURBAN, Efraim; RAINER, R. Kelly; POTTER, Richard E. Administração de tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
Bibliografia Complementar	BATISTA, E. O. Sistemas de Informação: O uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012. DRUCKER, Peter F. Tecnologia, administração e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. HOIA, Luiz Antonio; MIRANDA JUNIOR, Cid Carvalho; SILVA, André Antunes Nogueira da; RAMOS, Eduardo Augusto de Andrade. Gestão estratégica da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2012. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina	GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS	Carga Horária	60h
EMENTA	Conceitos, características, tipos e elementos da Cadeia de Suprimentos, Oferta e demanda na cadeia de suprimentos, Relacionamentos na cadeia de suprimento. Planejamento estratégico corporativo e da cadeia de suprimentos.		
Bibliografia Básica	CHRISTOPHER, Martin; LEITE, Francisco Roque Monteiro. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PIRES, Sílvio R. I. Gestão da cadeia de suprimentos (Supply Chain Management): conceitos, estratégias, práticas e casos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005.		
Bibliografia	BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e Gerenciamento da Cadeia de		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Complementar	<p>Abastecimento, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BLACK, John R. Lean production: implementing a world-class system. New York: Industrial Press, 2008.</p> <p>DORNIER, Philippe-Dornier; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e operações globais: texto e casos. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>NOGUEIRA, Amarildo de Souza. Logística empresarial: uma visão local com pensamento globalizado. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>POZO, Hamilton. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: um enfoque para os cursos superiores de tecnologia. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>VIVALDINI, Mauro; PIRES, Silvio Roberto Ignácio. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimento. São Paulo, SP: Atlas, 2010.</p>
--------------	---

Disciplina	COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES	Carga Horária	30h
Ementa	O indivíduo o grupo e a organização. Cultura Organizacional e os componentes e influências internas e externas. Clima Organizacional. Tipos de clima organizacional. Fatores que influenciam o clima organizacional. Pesquisa de clima e sua parametrização. Mudança organizacional e a negociação de conflitos.		
Bibliografia Básica	ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.		
	DAVIS, Keith; NEWSTRON, John W. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem organizacional. São Paulo: Cengage Learning, 1996.		
	LACOMBE, Francisco J. M.; HEILBORN, Gilberto L. J. Recursos humanos: princípios e tendências. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.		
Bibliografia Complementar	KANAANE, Roberto. Comportamento organizacional nas organizações: o homem rumo ao século XXI. 2. ed. 13ª. reimp. São Paulo; Atlas, 2011.		
	ROBBINS, Stephen P.. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.		
	VERGARA, Sylvia C.. Gestão de pessoas. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		
	CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano nas organizações. 9. ed. 12ª. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.		
	LIMONGI-FRANÇA, Ana C.. Qualidade de vida no trabalho – QVT: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. 7ª. reimp. São Paulo: Atlas, 2011.		

Disciplina	GESTÃO DE CUSTOS	Carga Horária	60h
Ementa	Gastos, Investimentos, Custos e Despesas. Classificação de custos e Despesas em Variáveis, Fixos, Diretos e Indiretos. Métodos de Custeio. Custos para Tomada de Decisão. Margem de Contribuição e Ponto de Equilíbrio. Custo/Volume. Sistemas de custeio: absorção e variável. Formação de preços.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Custos associados aos processos logísticos.
Bibliografia Básica	BORNIA, A. C. Análise gerencial de custos: aplicação em empresas modernas. 3 ed. São Paulo : Atlas, 2010 MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. MEGLIORINI, Evandir. Custos: análise e gestão. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.
Bibliografia Complementar	FARIA, Ana Cristina de; COSTA, Maria de Fátima Gameiro da. Gestão de custos logísticos: custeio baseado em atividades (ABC), balanced scorecard (BSC), valor econômico agregado (EVA). 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013. PADOVEZE, Clóvis L. Contabilidade de Custos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PAGLIATO, Wagner. Contabilidade e Gestão Estratégica de Custos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2014. SANTOS, Fernando de A.; VEIGA, Windsor E. Contabilidade de Custos: Gestão em Serviços, Comércio e Indústrias. São Paulo: Atlas, 2016.

3º SEMESTRE

Disciplina	GESTÃO ESTRATÉGICA	Carga Horária	60h
Ementa	Gestão estratégica: visão geral e introdução. As diferentes abordagens sobre administração estratégica. Gestão estratégica e identidade organizacional. Processo de administração estratégica: análise ambiental, formulação de diretrizes e estratégias, implementação e controle. Planejamento estratégico, tático e operacional. Estratégias corporativas. Estratégias competitivas. Estratégia logística. Estratégia como indutora de mudanças organizacionais e os impactos da cultura e clima organizacional.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para satisfação do cliente. 1. ed. 23ª reimp. São Paulo: Atlas, 2013. TAVARES, Mauro C.. Gestão estratégica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar	ASSEM, Marcel V.; BERG, Gerben V. D.; PIETERSMA, Paul. Modelos de gestão: os 60 modelos que todo gestor deve conhecer. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. FERNANDES, BRUNO, H. R.; BERTON, Luiz H. Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Alegre: Bookman, 2010. MINTZBERG, Henry; LAMPEL. O processo da estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. OLIVEIRA, Djalma de P. R. de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
--	--

Disciplina	MATEMÁTICA FINANCEIRA	Carga Horária	30h
Ementa	Capitalização simples. Capitalização composta. Desconto simples. Rendas. Empréstimos.		
Bibliografia Básica	HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2007 MATHIAS, Washington F. GOMES, José Maria. Matemática financeira: com + de 600 exercícios resolvidos e propostos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009 VIEIRA-SOBRINHO, José. D. Matemática financeira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2000.		
Bibliografia Complementar	VERAS, Lilia L. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras, aplicações ao mercado financeiro, introdução a engenharia econômica, 300 exercícios resolvidos e propostos com respostas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007 CASTELO BRANCO, Anísio. C. Matemática financeira aplicada: método algébrico, HP-12C, Microsoft excel. 3 ed. rev. E ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2012 PUCCINI, Abelardo L.; PUCCINI, Adriana. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9 ed. rev. E atual. São Paulo: Elsevier, 2011 SAMANEZ, Carlos P. Matemática financeira. 5 ed. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2010. TOSI, Armando J. Matemática financeira com ênfase em produtos bancários. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.		

Disciplina	GESTÃO DE PESSOAS	Carga Horária	60h
Ementa	Pessoas e organizações; a Gestão de Pessoas como função administrativa e estratégica; principais funções da Gestão de Pessoas; O recrutamento e a seleção de pessoas; O desenho de cargos; Remuneração de pessoas; O desenvolvimento e treinamento de pessoas; Qualidade de vida, higiene e segurança no trabalho. Temas contemporâneos para gestão de pessoas.		
Bibliografia Básica	CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2014. DESSLER, Gary. Administração de recursos humanos. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2014. MARRAS, Jean Pierre. Administração de Recursos Humanos. 13ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.		
Bibliografia	BERGAMINI, Cecilia Whitaker. Motivação nas Organizações. 6ª Ed. São Paulo:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Complementar	Atlas, 2013. CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 9. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. SCHEIN, Edgar H.; BRANDÃO, Ailton Bomfim; MARIOTTI, Humberto. Cultura organizacional e liderança. São Paulo: Atlas, 2009. ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, Filipe. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de pessoas. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
--------------	---

Disciplina	TRANSPORTES	Carga Horária	60h
Ementa	Transporte e sua influência no sistema logístico. Objetivos de um sistema de transporte. Preparação e Movimentação de cargas. Modais de transporte. Infraestrutura de Transportes; Custos logísticos do transporte. Elaboração e a otimização de rotas. Medidas de desempenho em transporte (KPIs).		
Bibliografia Básica	CAIXETA-FILHO, José Vicente, MARTINS, Ricardo Silveira. Gestão logística e transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2013. WANKE, Peter. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. São Paulo: Atlas 2010. DIAS, Marco Aurélio. Logística, transporte e infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: Atlas, 2012.		
Bibliografia Complementar	VALENTE, Amir Mattar. Gerenciamento de transporte e frotas. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. MARTEL, Alain & VIEIRA, Darli. Rodrigues. Análise e projeto de redes logísticas. São Paulo: Saraiva, 2010. LUDOVICO, Nelson. Logística de transportes internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2012 CORREIA, Germano Manuel. Sistemas de transporte de cargas: a carga e a embalagem de transporte. Osasco: EDIFIEO, 2013. MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. Disponível em < http://infraestrutura.gov.br/ >		

Disciplina	GESTÃO DE ESTOQUES	Carga Horária	60h
Ementa	Gestão e avaliação de estoques, Gestão e aplicação do método ABC de controle de estoques, Ponto de pedido, Giro e cobertura de estoques, Conceitos de produção: planejamento da capacidade produtiva, Análise dos métodos de trabalho. Noções gerais de armazenagem e movimentação.		
Bibliografia Básica	BALLOU, Ronald H.; YOSHIZAKI, Hugo T. Y. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. MARTINS, Petrônio G.; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de materiais e recursos patrimoniais. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	WANKE, Peter. Gestão de estoques na cadeia de suprimentos: decisões e modelos quantitativos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
Bibliografia Complementar	LUSTOSA, Leonardo. Planejamento e controle da produção. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. Administração de produção e operações. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2012. HONG, Yuh C. Gestão de estoques na cadeia logística integrada: supply chain. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010. MOURA, Reinaldo A. Movimentação de Materiais na Intralogística. São Paulo: IMAM, 2008. GURGEL, Floriano. Administração da embalagem. São Paulo: Thomson, 2009.

Disciplina	COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL	Carga Horária	30h
Ementa	Letramento crítico e letramento digital. Leitura, interpretação e produção de gêneros textuais escritos e orais do âmbito empresarial, com coesão e coerência. A Prática da argumentação na comunicação empresarial.		
Bibliografia Básica	CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática Reflexiva: texto, semântica e interação. 4ª ed. São Paulo: Atual, 2013. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Interpretação de textos: Construindo competências e habilidades em leitura. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2012. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português: Linguagens. Vol. único. 3ª ed. São Paulo: Atual, 2009.		
Bibliografia Complementar	AZEREDO, J. C. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha/Houaiss, 2012. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, S. P. Lições de texto: leitura e redação. 5ª ed.. São Paulo: Ática, 2010. FULSTICH, E. L. Como ler, entender e redigir um texto. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MEDEIROS, J. B. Português Instrumental. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. PATROCÍNIO, M. F. Aprender e praticar gramática. Vol. único. São Paulo: FTD, 2011.		

4º SEMESTRE

Disciplina	PESQUISA OPERACIONAL	Carga Horária	60h
Ementa	Conceito e fases de um estudo em pesquisa operacional. Programação linear: modelagem de problemas, método gráfico para resolução de problemas de duas variáveis e Solver para resolução de problemas com mais variáveis. Problemas de transporte. Problema da designação. Problemas de rede. Programação inteira.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2009. HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução a pesquisa operacional. 8. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2010. LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa operacional na tomada de decisões. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
Bibliografia Complementar	LOESCH, Claudio; HEIN, Nelson. Pesquisa operacional: fundamentos e modelos. São Paulo: Saraiva, 2009. MisaOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2013. PRADO, Darci Santos do. Programação linear. 6. ed. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e serviços Ltda, 2010 SILVA, Ermes Medeiros da. Pesquisa operacional para os cursos de administração e engenharia: programação linear, simulação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TAHA, Hamdy A. Pesqu operacional: uma visão geral. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Disciplina	ÉTICA PROFISSIONAL	Carga Horária	30h
Ementa	Cultura e poder nas organizações, direitos humanos e cultura inclusiva. Autonomia do sujeito e a necessidade das normas. Ética nas organizações e ética profissional.		
Bibliografia Básica	APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Vozes, 1994. CHANLAT, Allain. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.		
Bibliografia Complementar	BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. HABERMAS, Jürgen. A ética da discussão e a questão da verdade. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de filosofia: dos pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. SÁ, A. Lopes de. Ética e valores humanos. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2011.		

Disciplina	EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PROJETOS	Carga Horária	60h
Ementa	A estratégia empresarial, A natureza de um projeto e o ciclo de vida de um produto, Análise do ponto de equilíbrio, Gerenciamento de um projeto através		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	da técnica PERT-CPM, Depreciação, Indicadores financeiros, Plano de Negócio. (Análise da viabilidade mercadológica. Análise da viabilidade operacional. Análise da viabilidade financeira).
Bibliografia Básica	BERNARDI, Luiz Antônio. Manual de plano de negócios: fundamentos, processos e estruturação. São Paulo: Atlas, 2013. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. 2ª. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2006. SLACK, Nigel. Administração da produção. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia Complementar	LENZI, Fernando Cesar; KIESEL, Marcio Daniel; ZUCCO, Fabricia Durieux (Org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. 2. ed. São Paulo: Gente, 2010. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P; SHEPERD, Dean A. Empreendedorismo. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. LONGENECKER, Justin Gooderl; MOORE, Carlos W; PETTY, J. William. Administração de pequenas empresas. São Paulo: Makron Books, 1997. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentaria: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2012. KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

Disciplina	GESTÃO FINANCEIRA	Carga Horária	60h
Ementa	Finanças de Curto Prazo: As funções financeiras, gestão e criação valor, interpretação dos balanços e demonstrações de resultados, gestão dinâmica do capital de giro, geração e controle do fluxo de caixa operacional, financiamento das atividades e crescimento sustentável, fluxo de caixa livre, estratégias focadas no lucro. Finanças de Longo Prazo. Emissão e administração de dívida, custo médio ponderado de capital, a estrutura ótima de capitais, precificação de ativos, orçamentos e análise de investimentos de capital a longo prazo, política de distribuição de lucros, valor de empresas, finanças internacionais nas empresas.		
Bibliografia Básica	ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2012. BRIGHAM, Eugene F.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática: tradução da 14. edição norte americana. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016 HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
Bibliografia Complementar	CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno Hartmut. Análise de investimentos: Matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1996 PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. Análise das		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	demonstrações financeiras. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
--	--

Disciplina	GESTÃO DA QUALIDADE	Carga Horária	60h
Ementa	Evolução e conceitos da Qualidade. Sistemas de Avaliação da Qualidade em produtos e serviços. Ferramentas e Controles da Qualidade. Padronização e Melhoria. Indicadores da Qualidade. Tópicos emergentes em gestão da qualidade e produtividade.		
Bibliografia Básica	PALADINI, Edson P. Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Gestão de qualidade, produção e operações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CARVALHO, Marly M. C.; PALADINI, Edson. (coord). Gestão da qualidade. 2 ed. Rio de Janeiro: ABEPRO, 2012.		
Bibliografia Complementar	CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. Gestão da qualidade: conceitos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; CANUTO, Simone Aparecida. Administração com qualidade: conhecimentos necessários para a gestão moderna. São Paulo: Blucher, 2012. MELLO, Carlos Henrique Pereira. ISO 9001:2008: sistema de gestão da qualidade para operações de produção e serviço. São Paulo: Atlas, 2009. CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2012. GIANESI, Irineu G.; CORRÊA Henrique L. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação dos clientes. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2013.		

Disciplina	PRODUÇÃO TEXTUAL	Carga Horária	30h
Ementa	O processo de leitura e de escrita na graduação. Definição e identificação dos elementos construtivos de um texto. Produção de textos e de trabalhos acadêmicos. A escrita acadêmica e as normas técnicas. Características de gêneros escritos e dos gêneros orais do ambiente acadêmico. Práticas de letramento acadêmico. Regras e orientações para a apresentação de textos acadêmicos.		
Bibliografia Básica	CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Interpretação de textos: Construindo competências e habilidades em leitura. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2012. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português: Linguagens. Vol. único. 3ª ed. São Paulo: Atual, 2009. SILVA, J. M.; SILVEIRA, E. S. Apresentação de trabalhos acadêmicos: normas e técnicas. Petrópolis: Vozes, 2011.		
Bibliografia Complementar	ALVES, M. Como escrever teses e monografias. Rio de Janeiro: Campus, 2005. BECHARA, E. O que muda com o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Gramática Reflexiva: texto, semântica e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>interação. 4ª ed. São Paulo: Atual, 2013.</p> <p>CUNHA, C. F. Nova gramática do português contemporâneo. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lexikom. Edição digital, 2008.</p> <p>LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica – texto acadêmico – diário de pesquisa, metodologia. São Paulo Parábola, 2012.</p>
--	---

5º SEMESTRE

Disciplina	ESPAÑHOL INSTRUMENTAL	Carga Horária	30h
Ementa	Quatro Habilidades I: expressão e compreensão orais, produção textual e leitura. Vocabulário I. Estruturas Gramaticais I. Estratégias de leitura.		
Bibliografia Básica	ANHAIA, Elisa Hoffmeister Coelho de. Espanhol: gramática, vocabulários, interpretação de textos e exercícios. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2013. BERLITZ, Charles. Espanhol: passo a passo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. BRUNO, Fátima Aparecida Teves Cabral; MENDOZA, Maria Angélica Costa Lacerda. Hacia el español: curso de lengua y cultura hispánica : nivel básico. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.		
Bibliografia Complementar	ALVES, Adda-Nari M.; MELLO, Angélica. !Vale! comenzamos. 2. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2002. KRAYNAK, Cecie. et.al. Espanhol: referência completa para leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014 PETROW, Jenny; ROMBOUTS, Saskia Gorospe. Conversão em espanhol: sem mistério. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. SILVA, Cecilia Fonseca da; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. VARGAS SIERRA, Teresa. Espanhol para negócios. São Paulo: InterSaberes, 2013.		

Disciplina	ESTRATÉGIAS DE LOCALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DA REDE	Carga Horária	60h
Ementa	Localização das instalações. Arranjo físico. Produtividade. Teoria das restrições. Planejamento da rede e de rotas. Estudo do transporte através da aplicação de métodos otimizadores.		
Bibliografia Básica	BALLOU, Ronald H.; YOSHIZAKI, Hugo T. Y. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à pesquisa operacional. 9ª. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
Bibliografia Complementar	ANDRADE, Eduardo Leopoldino de. Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. BERTAGLIA, Paulo Roberto. Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional: curso introdutório. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. SLACK, Nigel. Administração da produção. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009. TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson, 2005.

Disciplina	GESTÃO DE MARKETING	Carga Horária	60h
Ementa	O papel do marketing nas organizações e suas funções. Marketing de serviços – características e evidências dos serviços. Mercados consumidores e o comportamento de compra – identificando público-alvo e desenvolvendo nichos. Nível de Serviço e operações de Serviços. Estratégias de marketing e a interface com a identidade organizacional e público-alvo. Sistemas de serviços. Pesquisa de Marketing. Composto de Marketing e sua evolução. Marketing para desenvolvimento e retenção de público-alvo.		
Bibliografia Básica	KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. URDAN, Flávio T. Gestão do composto de marketing. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. ZEITHAML, Valarie A.; BITNER, Mary j.; GREMLER, Dwayne D. Marketing de serviços: a empresa com foco no cliente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.		
Bibliografia Complementar	AAKER, David A.; KUMAR V.; DAY, George S. Pesquisa de marketing. 2. ed. 7. reimp. São Paulo: Atlas, 2013. CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, Paul J. Marketing criando valor para o cliente. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. FITZSIMMONS, James, A; FITZSIMMONS, Mona. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014. DIAS, Reinaldo. Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Jochen; HEMZO, Miguel A. Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e estratégia. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. MATTAR, Fauze N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução e análise. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.		

Disciplina	MÉTODO DE PESQUISA	Carga Horária	60h
------------	--------------------	---------------	-----



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Ementa	Elaboração de Projeto de Pesquisa: elementos, conceitos e prática. Definição e desenvolvimento do tema. Definição e desenvolvimento de objetivos, justificativa, referencial inicial, método de pesquisa, ferramentas de aplicação e interpretação/leitura de dados.
Bibliografia Básica	MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
Bibliografia Complementar	MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012. COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 10. ed. São Paulo: Bookman, 2011. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007. MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

Disciplina	RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE); Organizações e Sociedade; Contribuições da adoção da RSE; O desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável; Estratégia organizacional e a RSE; Gestão e modalidades de RSE; Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial.		
Bibliografia Básica	ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. TENORIO, Fernando Guilherme (Org.). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 2. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		
Bibliografia Complementar	BENNETT, Carole. Ética Profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2008. CHAMUSCA, André Irazzo; et al. Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. Realização Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Uniethos, Valor Econômico. volume 5. São Paulo: Petrópolis, 2006. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. DIAS, Reinaldo. Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	DUPRAT, Carla Cordery. A empresa na comunidade: um passo-a-passo para estimular sua participação social. São Paulo: Global, 2005.
--	---

6º SEMESTRE

Disciplina	VIVÊNCIAS ORGANIZACIONAIS	Carga Horária	30h
Ementa	Seminários realizados pelos alunos em torno de temas do curso, com a participação de painelistas externos que viabilizem vivências organizacionais/profissionais para o contexto acadêmico, com temáticas em: Gestão logística de modais, bimodais e multimodais de transporte. Operadores logísticos e serviços. Gestão de armazenagem. Cadeia de suprimentos logísticas. Aspectos legais das operações logísticas. Operações portuárias e navegação de cabotagem e longo curso. Gestão ambiental e operações logísticas e outros temas contemporâneos.		
Bibliografia Básica	OLIVEIRA, Carlos T. Modernização de portos. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011. ROJAS, Pablo. Introdução à logística portuária e noções de comércio exterior. Porto Alegre: Bookman, 2014. WANKE, Peter F.. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. São Paulo: Atlas, 2010.		
Bibliografia Complementar	DORNIER, Philippe P.; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e operações globais: textos e casos. 11. reimp. São Paulo: Atlas, 2013. FARIA, Ana C. Gestão de custos logísticos. 1. ed. 10. reimp. São Paulo: Atlas, 2013. LUDOVICO, Nelson. Logística internacional: um enfoque no comércio exterior. São Paulo: Saraiva, 2012. MUKAI, Toshio. Anotações à nova legislação dos portos: Lei 12.815 de 5 de junho de 2013 e Decreto nº 8.033 de 27 de junho de 2013. São Paulo: Aduaneiras, 2014. VIVALDINI, Mauro; PIRES, Silvio R. I.. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimento. São Paulo: Atlas, 2010. FITZSIMMONS, James, A; FITZSIMMONS, Mona. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.		

Disciplina	LOGÍSTICA INTERNACIONAL	Carga Horária	30h
Ementa	Logística de negócios internacionais. A magnitude da logística global, mercados globais e estratégia competitiva global. Fatores críticos de sucesso e principais tendências. Ambientes políticos e legais em mudança. Opções de transporte globais. Intermediários estratégicos: companhias de gestão de exportação,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<i>trading companies, ship brokers, etc.</i> Influências governamentais.
Bibliografia Básica	DORNIER, Philippe-Dornier; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e operações globais: texto e casos. São Paulo: Atlas, 2013. LUDOVICO, Nelson. Logística internacional: um enfoque em comércio exterior. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. RODRIGUES, Paulo Roberto. Gestão de Logística Internacional. Rio de Janeiro. FGV, 2014.
Bibliografia Complementar	CHRISTOPHER, Martin; LEITE, Francisco Roque Monteiro. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. São Paulo: Cengage Learning, 2013. NOVAES, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: estratégia, operação e avaliação. 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Campus, 2015. DE LUCCA, J. L. Dicionário de transporte internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1992. KEEDI, Samir. Logística de transporte internacional: veículo prático de competitividade: com abordagem além da lógica de transporte. 4. ed. São Paulo, SP: Aduaneiras, 2013. LUDOVICO, Nelson. Logística de transportes internacionais. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina	LOGÍSTICA REVERSA	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos e caracterização de Logística Reversa. Fluxo Tradicional versus Fluxo Reverso. Logística reversa dos bens de pós-consumo, Logística de pós-venda. O processo de Logística Reversa e o conceito de ciclo de vida. Fatores críticos. Planejamento da distribuição da logística reversa. Fatores ecológicos, tecnológicos, econômicos e logísticos que influenciam na logística reversa.		
Bibliografia Básica	LEITE, Paulo Roberto. Logística reversa: meio ambiente e competitividade. 2. ed. -. São Paulo: Pearson, 2013. PEREIRA, André Luiz et al. Logística reversa e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2011. XAVIER, Lúcia Helena; CORRÊA, Henrique L. Sistemas de logística reversa: criando cadeias de suprimentos sustentáveis. São Paulo: Atlas, 2015.		
Bibliografia Complementar	ARBACHE, Fernando Saba et al. Gestão de logística, distribuição e trade marketing. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011. BALLOU, Ronald H.; YOSHIZAKI, Hugo T. Y. Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1993. MESTRINER, Fábio. Gestão estratégica de embalagens/ uma ferramenta de competitividade na empresa. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MIGUEZ, Eduardo Correia. Logística reversa como solução para o problema do lixo eletrônico: benefícios ambientais e financeiros. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012. WANKE, Peter F. Estratégia logística em empresas brasileiras: um enfoque em produtos acabados. São Paulo: Atlas, 2010.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Disciplina	INGLÊS INSTRUMENTAL	Carga Horária	30h
Ementa	A importância da língua inglesa no contexto logístico. Estratégias de leitura para compreensão de textos da área. Vocabulário de logística. Noções básicas nos campos lexical, semântico e gramatical da língua inglesa. Habilidades de compreensão e produção escrita e oral, a partir de situações profissionais específicas, considerando os aspectos socioculturais da língua.		
Bibliografia Básica	MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura módulo I. São Paulo: Centro Paula Souza: Textonovo, 2000. MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura módulo II. São Paulo: Centro Paula Souza: Textonovo, 2004. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele Cilli Da e MELLO, Leonilde Favoreto de. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2 ed. São Paulo: Disal, 2005.		
Bibliografia Complementar	ALMEIDA, Rubens Queiroz de. <i>Read in english: uma maneira divertida de aprender inglês</i> . São Paulo: Novatec, 2002. DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. atual. New York: Oxford University Press, 2009. IGREJA, José Roberto A. <i>Fale tudo em inglês</i> . São Paulo: DISAL, 2007. MURPHY, Raymond. <i>Essential Grammar in use: gramática básica da língua inglesa</i> . 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. MURPHY, Raymond. <i>English Grammar in use</i> . 4 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.		

9.2 Componentes Curriculares Optativos

Disciplina	TÓPICOS ESPECIAIS EM LOGÍSTICA E GESTÃO	Carga Horária	60h
Ementa	Tópicos de <i>Supply Chain Management</i> e <i>Lean Logistics</i> .		
Bibliografia Básica	Revista Logística e <i>Supply Chain</i> . São Paulo: IMAM, 2018. Acesso Eletrônico: https://www.imam.com.br/logistica/ <i>Maritime Economics & Logistics</i> . California – USA: Palgrave Macmillan, . Acesso Eletrônico: https://www.palgrave.com/gp/journal/41278 Amanhã / Revista bimestral de gestão, economia, negócios. Porto Alegre: Grupo Editorial Amanhã, 2018. Acesso Eletrônico: https://amanha.com.br/		
Bibliografia Complementar	Vivas B., D. (2011). Tecnologia em logística. <i>INVENTUM</i> , 6(11), 78. https://doi.org/10.26620/uniminuto.inventum.6.11.2011.78 Revista Portuária – Economia e Negócios. Itajaí/SC. Acesso Eletrônico: www.revistaportuaria.com.br Revista LogWeb. Logweb Editora Ltda. Jundiaí/SP. Acesso Eletrônico:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>https://www.logweb.com.br/revista/ RAE-Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV. Acesso Eletrônico: https://rae.fgv.br/rae Revista de Gestão RAUSP. Departamento de Administração da Escola de Economia, Negócios e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo / SP. http://rausp.usp.br/about-rausp/</p>
--	--

Disciplina	TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIEDADE E CULTURA BRASILEIRA	Carga Horária	60h
Ementa	Formação da cultura brasileira. História e cultura afro-brasileira e indígena. Cultura e desigualdade social. Patrimônio cultural e artístico brasileiro. Cultura e política no Brasil Contemporâneo.		
Bibliografia Básica	CHAUÍ, M. Brasil, mito fundador e sociedade autoritária. 4 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. HOLLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 26 ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 21 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.		
Bibliografia Complementar	CONDURU, R. Arte afro-brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2012. DAMATTA, R. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. São Paulo: Rocco, 2005. GONÇALVES, J. R. S.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. (org.). A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad, 2013. SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. VANNUCCHI, A. Cultura brasileira: o que é, como se faz. 5. ed. Sorocaba/São Paulo: Universidade de Sorocaba/ Loyola, 2011.		

Disciplina	LIBRAS	Carga Horária	60h
Ementa	Histórias de Surdos. O sujeito surdo. Linguagem e Comunicação. A gramática da LIBRAS. A comunicação em LIBRAS. Ações inclusivas aos Surdos.		
Bibliografia Básica	CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras. São Paulo: Edusp, 2011 QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010		
Bibliografia Complementar	GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. SOUZA, Regina Maria; SILVESTRE, Núria; ARANTES, Valéria Amorim. Educação de Surdos: pontos e contrapontos. 3 ed. São Paulo: Summus, 2007 QUADROS, Ronice Müller de. Educaçã de surdes: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	FELIPE, Tanya A. Libras em contexto: curso básico: livro do estudante: [Recurso eletrônico]. Brasília, DF: MEC, 2007. 187 p. Disponível em: < http://www.funorte.com.br/files/Livro_Estudante_2007_Libras.pdf >
--	---

Disciplina	NEGÓCIOS EM MEIOS DIGITAIS	Carga Horária	60h
Ementa	A Internet e os Negócios. Conceitos, plataformas, tendências e estratégias para E-Commerce. Modelos de Negócios na Era Digital (E-Business), Tipos de Comércio Eletrônico: C2C, B2C, B2B e outras tendências. Multiplicação das operações e otimização de processos. O paradigma da computação em nuvem como suporte à estratégia competitiva. Economia Digital.		
Bibliografia Básica	ALBERTINI, Alberto Luiz; MOURA, Rosa Maria de. Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.		
Bibliografia Complementar	DRUCKER, Peter F. Tecnologia, administração e sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. FELIPINI, Dailton. Empreendedorismo na internet: como encontrar e avaliar um lucrativo nicho de mercado. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. HOIA, Luiz Antonio; MIRANDA JUNIOR, Cid Carvalho; SILVA, André Antunes Nogueira da; RAMOS, Eduardo Augusto de Andrade. Gestão estratégica da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2012. REZENDE, Denis Alcides. Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011, SILVA, Leandro Alves da. Tecnologias da informação e comunicação: uma releitura de papéis para o professor universitário. São Paulo: Almedina, 2011.		

10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 Descrição do Corpo Docente

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Adalto Aires Parada	1812947	DE	Doutor em Administração	adalto.parada@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/91184587492375	(47)3233-4029



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

					76	
Adriana da Igreja	2389141	DE	Mestra em Geografia	adriana.igreja@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7938726458534487	(47)3233-4036
Adriano Silveira Mastella	2051886	DE	Doutor em Administração e Turismo	adriano.mastella@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6026875586906042	(47)3233-4033
Cassiano Pessanha Madalena	1066030	DE	Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades	cassiano.madalena@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2834362348178531	(47)3233-4033
Anderson Henrique da Silva Marcondes	3958791	20h	Mestre em Computação Aplicada	anderson.marcondes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8597354642218321	(47)3233-4041
Andreia Luciana da Rosa Scharmach	2101940	DE	Mestra em Administração	andreia.scharmach@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8708075021423238	(47)3233-4033
Camila de Carli	1917799	DE	Mestra em Letras	camila.carli@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5870102346637158	(47)3233-4034
Eduardo Francisco Ferreira	1982437	DE	Mestre em Estudos da Linguagem	eduardo.ferreira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0508004092713180	(47)3233-4033
Ícaro Bittencourt	1924862	DE	Mestre em História	icaro.bittencourt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8105634715591920	(47)3233-4037
Joceli Antônio Andreola	2276753	DE	Mestre em Administração	joceli.andreola@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1345220287739609	(47)3233-4005
Leandro Medeiros Elias	1873928	20 h	Mestre em Administração	leandro.elias@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9749779396080624	(47)3233-4029
Luciano Rosa	1691191	DE	Doutor em Gestão-Contabilidade	luciano.rosa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6355102991133961	(47)3233-4005
Marina Farias Martins	1051473	DE	Mestra em Letras	marina.martins@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/	(47)3233-



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

				r	55963949369196 71	4027
Mauro Bittencourt dos Santos	1169885	DE	Mestre em Letras	mauro.bittencourt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7961883197102587	(47)3233-4031
Rubens Prawucki	2042155	DE	Doutor em Letras	rubens.prawucki@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9949277162446042	(47)32334033
Sara Regina da Rosa Pinter	1105161	DE	Doutora em Matemática	sara.pinter@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4925672003283544	(47)3233-4027
Sérgio Ruggiero	1977723	DE	Doutor em Engenharia de Produção	sergio.ruggiero@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3698605769400131	(47)3233-4005
Susana Nunes Taulé Piñol	1785186	DE	Doutora em Tecnologia e Sociedade	susana.pinol@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5002351122149683	(47)32334005
Viviani Corrêa Teixeira	1965477	DE	Doutora em Sociologia Política	viviani.teixeira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7959403211618013	(47)3233-4036

10.2 Coordenação de Curso

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de curso:

Art. 80 A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no *caput* deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

Art. 83 São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;

XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;

XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;

XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;

XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

10.3 Núcleo Docente Estruturante

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NUPE.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:

I - convocar os membros;

II - presidir e garantir o registro das reuniões;

III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;

IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;

V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

10.4 Colegiado de Curso

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.
§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;

II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;

III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;

IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);

V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;

§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus*, explicitando o nome dos integrantes e vigência

de

mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

legal,
a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:

- I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;
- V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;
- VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do *campus* que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;
- VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.
- VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;
- IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

Art. 91 Compete ao Presidente do Colegiado:

- I - dar posse aos membros do Colegiado;
- II - convocar e presidir as reuniões;
- III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;
- IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;
- V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;
- VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;
- VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;
- IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
- X - decidir as questões de ordem;
- XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;
- XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;
- XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

10.5 Descrição do Corpo Técnico Administrativo Disponível

7
7



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Ana Paula Rotava Voss	2168328	Assistente de Administração	Graduação	ana.voss@ifc.edu.br
Anderson Henrique da Silva Marcondes	3958791	Analista de Tecnologia da Informação	Mestrado	anderson.marcondes@ifc.edu.br
Antônio Ferreira Coelho Filho	2151604	Contador	Especialização	antonio.coelho@ifc.edu.br
Berenice Krause Soares	1837158	Assistente de Alunos	Especialização	berenice.soares@ifc.edu.br
Daiane Correa da Silva	1825821	Assistente de Alunos	Mestrado	daiane.silva@ifc.edu.br
Daniela Klinden	1253706	Assistente Social	Especialização	daniela.kindlein@ifc.edu.br
Débora Regina Claudiano	2136339	Assistente em Administração	Especialização	debora.claudiano@ifc.edu.br
Diogo Leindecker Stumm	1511785	Administrador	Especialização	diogo.stumm@ifc.edu.br
Everton Alceu de Oliveira Breginski	2165258	Técnico em Segurança do Trabalho	Especialização	everton.braginski@ifc.edu.br
Fábio Vieira	1010076	Assistente em Administração	Especialização	fabio.vieira@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Herenilda Inez Cordova Lima	2130051	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio	herenilda.lima@ifc.edu.br
Ighor Alexandre Mudrey	2175516	Técnico em Laboratório de Informática	Especialização	ighor.mudrey@saofrancisco.ifc.edu.br
Igor Engel Cansian	3085319	Técnico em Laboratório – área de automação	Especialização	igor.cansian@ifc.edu.br
Jean Maciel	2188373	Técnico em Laboratório de Informática	Especialização	jean.maciel@ifc.edu.br
Josiane Brito Kerber Ferreira de Moraes	2177853	Auxiliar em Administração	Especialização	josiane.moraes@ifc.edu.br
Larissa Vezu Baglione de Oliveira	2222785	Assistente de Alunos	Especialização	larissa.oliveira@ifc.edu.br
Leandro Medeiros Elias	2873928	Administrador	Mestrado	leandro.elias@ifc.edu.br
Luís Antônio Naibo	1799579	Auditor	Especialização	luis.naibo@ifc.edu.br
Mario Felipe Cipriano Borges da Costa	1458830	Assistente em Administração	Graduação	mario.costa@ifc.edu.br
Paula Oliveira da	1052086	Técnica em Assuntos	Especialização	paula.oliveira@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Silva		Educacionais		
Paula Oliveira Camargo Muller	1033826	Bibliotecária	Especialização	paula.muller@ifc.edu.br
Priscila Cardoso Pereira	1756013	Assistente em Administração	Especialização	priscila.pereira@ifc.edu.br
Renato da Rocha Rodrigues	2128539	Auxiliar de Biblioteca	Graduação	renato.rodrigues@ifc.edu.br
Ricardo Graciano Monteiro Franke	2085256	Técnico em Tecnologia da Informação	Especialização	ricardo.franke@ifc.edu.br
Rosinaldo Rabelo Aparício	1918908	Técnico de Laboratório – área Química	Mestrado	rosinaldo.aparicio@ifc.edu.br
Sânia Decarla Barasuol	1765176	Técnica em Assuntos Educacionais	Especialista	sania.barasuol@ifc.edu.br
Silvani da Silva	1764186	Pedagogo	Mestrado	silvani.silva@ifc.edu.br
Valdinei Cecilio	1888524	Assistente em Administração	Mestrado	valdinei.cecilio@ifc.edu.br
Vera Lucia da Silva	1827382	Assistente em Administração	Graduação	vera.silva@ifc.edu.br
Vivian Siewerdt	2756036	Nutricionista	Especialização	vivian.agacy@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Agacy				
Viviane Pedri	2165179	Psicóloga	Especialização	viviane.pedri@ifc.edu.br

10.6 Políticas de Capacitação para Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

Os recursos humanos constituem a maior riqueza de uma instituição. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do quadro de servidores é condição fundamental para o desenvolvimento do IFC, que tem como missão proporcionar educação profissional comprometida com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional. Contudo, desenvolver os recursos humanos do Instituto envolve não apenas ações de capacitação, mas também a articulação de um conjunto de tarefas básicas, tais como descrição de funções, dimensionamento e avaliação de desempenho, de maneira a constituir um sistema integrado de gestão de pessoas. Isso possibilitará que o desenvolvimento do servidor seja, cada vez mais, uma ferramenta útil ao desenvolvimento institucional.

A criação de um sistema integrado de gestão de pessoas é o objetivo institucional 21 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018: Implantar um sistema de gestão. Além desse objetivo geral, outros mais específicos relacionados igualmente ao sistema de gestão de pessoas aparecem na lista dos 38 objetivos do IFC, entre eles:

- I.36. Fazer mapeamento de competências, de cargos e funções;
- II.37. Criar um programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou distância;
- III.38. Promover a educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores;



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

IV.22. Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização mínima;

V.10. Criar um sistema de acompanhamento dos egressos. Tais diretrizes criam um horizonte para, a partir do que é feito hoje, elaborar um programa de desenvolvimento dos servidores que potencialize efetivamente o trabalho da instituição.

Todos esses objetivos indicam a importância, que o IFC já reconhece, da necessidade de implantação de um sistema de gestão de pessoas que realize desde o mapeamento das competências relacionadas aos cargos e ações de capacitação até a avaliação dessas ações por meio, dentre outras formas, da avaliação de desempenho e do acompanhamento dos alunos egressos do IFC.

Essas e outras ações integradas em um sistema de gestão de pessoas possibilita ainda administrar o dimensionamento da quantidade de servidores (técnico-administrativos, docentes e gestores) e a própria infraestrutura de ambientes e equipamentos necessária para possibilitar que esses servidores desenvolvam da melhor forma possível as funções inerentes a seus cargos. Em acréscimo, garantir a realização de um sistema integrado de gestão por competências está em conformidade com a legislação nacional sobre o tema (Art. 5º, Decreto nº 5.707 de 2006).

Atualmente o plano de capacitação dos servidores parte desse plano mais amplo de desenvolvimento e oferta as seguintes Ações e Programas:

I. AFASTAMENTO INTEGRAL PARA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU (Art. 96-A da Lei nº 8.112/90 e art. 16 da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)

O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se integralmente do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior no País ou no exterior. São abertos, pelos campi e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de candidatos ao afastamento integral para pós-graduação stricto sensu.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

II. HORÁRIO ESPECIAL PARA SERVIDOR ESTUDANTE (art. 98 da Lei no 8.112/90 e art. 5o da Resolução no 009-CONSUPER/2013)

O afastamento do servidor para cursos de nível médio e profissionalizante, cursos de graduação, cursos de pós-graduação lato sensu, regulares ou supletivos, ou mesmo cursos de pós-graduação stricto sensu, dá-se na forma de horário especial, quando comprovada a incompatibilidade do horário do curso e o da Instituição, sem prejuízo do exercício das atividades do cargo e com compensação de horário, de acordo com o art. 98 da Lei n. 8.112/90. Especial de Servidor Estudante (DGP/Reitoria em junho de 2014).

III. LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO (Art. 87 da Lei no 8.112/90, art. 10 do Decreto no 5.707/2006 e art. 52 da Resolução no 009-CONSUPER/2013)

Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor pode solicitar à Direção-Geral do Câmpus ou ao Pró-Reitor licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação, cuja concessão se condiciona ao planejamento interno do departamento ao qual estiver lotado o servidor, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso para o servidor e para a Instituição.

IV. AÇÕES PARA APERFEIÇOAMENTO (CURTA DURAÇÃO) (Decreto no 5.707/2006 e art. 40 da Resolução no 009-CONSUPER/2013)

Pode haver a autorização de afastamento do servidor para cursos de aperfeiçoamento como congressos, seminários, simpósios e outros eventos similares, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

V. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES - PIQIFC (Resolução no 031-CONSUPER/2013)

Os servidores poderão solicitar a adequação de sua jornada semanal de trabalho para fins de participação em programa de pós-graduação stricto sensu. São abertos, pelos câmpus e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de candidatos ao Programa Institucional de Qualificação dos Servidores (PIQIFC) do Instituto Federal Catarinense.

VI. MESTRADOS E DOUTORADOS INTERINSTITUCIONAIS (Resolução no 008-CONSUPER/2013)

Cursos ofertados pela Instituição, em parceria com universidades, nos quais os servidores que estão matriculados são dispensados do ponto de frequência e das atividades no Instituto nos períodos de aulas presenciais e nos estágios obrigatórios.

VII. PROGRAMA DE BOLSA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – PROBIQ/IFC (Resolução 049/2014)

O Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação dos Servidores do Instituto Federal Catarinense (PROBIQ/IFC) tem por objetivo ampliar as oportunidades de desenvolvimento profissional dos servidores, através de um auxílio financeiro temporário para a participação do servidor em programas de Mestrado e Doutorado. São abertos, pelos câmpus e pela Reitoria, 02 (dois) editais por ano para seleção de servidores para participação no Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (PROBIQ/IFC) segundo as normas e critérios estabelecidos na RESOLUÇÃO No 049 – CONSUPER/2014, de maneira a viabilizar a permanência nos cursos de qualificação e o desenvolvimento individual e institucional.

VIII. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOUTORAL DOCENTE - PRODOUTORAL. (Portaria 140/CAPES de 02 de outubro de 2013)



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

O objetivo geral deste programa é promover a qualificação em nível de doutorado dos docentes do IFC que atuam ou que possam vir a atuar nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como possibilitar a formação de grupos de pesquisas em áreas estratégicas e prioritárias, consolidar grupos de pesquisas já existentes, fomentar a cooperação acadêmica, consolidar os cursos de pós-graduação já existentes e criar novos cursos de mestrado acadêmico, mestrado profissional e, futuramente, de doutorado. A fim de atender essas demandas institucionais, foi elaborado o Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes do Instituto Federal Catarinense (PLANFOR). Esse plano foi submetido e aprovado pela Capes, a qual concedeu 3 bolsas e 3 auxílios-moradia para docentes do IFC, com afastamento integral para Doutorado.

No Campus São Francisco do Sul a formação continuada e capacitações são responsabilidades do Núcleo Pedagógico (NuPe), que é um órgão de estudos, pesquisas e assessoramento, vinculado à Direção de Desenvolvimento Educacional, cuja finalidade é proporcionar à comunidade acadêmica assistência de ordem didática e pedagógica, contribuindo com a implementação de políticas e ações na área educacional, visando a melhoria do processo de ensino aprendizagem, realiza ações voltadas para a formação continuada dos docentes e demais servidores do campus. Para estas atividades são reservadas datas específicas para capacitações dos servidores, geralmente no início do período letivo e no retorno do recesso escolar de julho. O NUPE também proporciona outras formas de contribuir com a formação dos servidores, como a divulgação semanal de temas de interesse educacional através do correio eletrônico oficial do IFC, ação denominada Clipping Pedagógico Semanal.

11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

O campus São Francisco do Sul dispõe dos seguintes recursos de infraestrutura:

Bloco A:

Auditório com capacidade para 200 pessoas;
Sanitários.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bloco B:

Biblioteca com 200m2;

Bloco C:

Hall de entrada.

Bloco D:

Salas de aula;

Laboratórios de Informática e Simulação;

Laboratório de Física e Matemática Aplicada;

Laboratório de Química;

Laboratório de Biologia;

Laboratório de Linguagens;

Secretaria Acadêmica;

Assistência de Alunos;

Direção Geral;

Departamento de Administração e Planejamento;

Coordenação de Tecnologia de Informação;

Sanitários;

Depósito de Materiais de Limpeza.

Bloco E:

Cantina e refeitório com capacidade para aproximadamente 120 pessoas;

Cozinha;

Almoxarifado;

Sala de Coordenações de Cursos;

Bloco F:

Laboratório de Eletricidade e Eletrônica;

Laboratório de Máquinas, Acionamentos e Instalações Elétricas;

Laboratório de Informação Industrial;





Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Salas de Professores;
Sala de Reuniões;
Coordenação de Extensão;
Coordenação de Pesquisa;
Coordenação de Ensino;
Direção de Ensino;
Copa;
Sanitários;

Bloco G:

Ginásio Poliesportivo;
Vestiários;
Sanitários;

Bloco H:

Guarita;
Sanitários;

Espaços abertos com áreas de jardim e convivência;

Palco externo para apresentações culturais;

Estacionamento para aproximadamente 70 veículos de passeio e 20 motocicletas.

11.1 Biblioteca

A Biblioteca do *Campus* São Francisco do Sul tem por objetivo atender a Comunidade Acadêmica do IFC *Campus* São Francisco do Sul, bem como a comunidade externa de forma ininterrupta, no horário compreendido entre 08h00 e 21h20, de segunda-feira à sexta-feira. Está estruturada num espaço de aproximadamente 200m², dividido em dois ambientes, no térreo: salão de leitura; área de estudos individuais e em grupos; área com computadores



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

para pesquisa na *Internet* e um computador de acesso exclusivo ao *Pergamum* (Sistema Informatizado das Bibliotecas do IFC) para pesquisa no acervo físico e nas plataformas de livros digitais (*Cengage, Pearson* e *Saraiva*); acesso ao Portal CAPES e as normas da ABNT.

No andar superior, estão as estantes com os livros físicos que estão disponíveis para o empréstimo domiciliar. Atualmente, o acervo conta com 1.282 títulos que somam 5.151 exemplares. Este acervo constitui a bibliografia básica e complementar dos cursos regulares oferecidos no *Campus*, no entanto a Comunidade Acadêmica IFC pode fazer uso dos livros físicos dos demais *Campus* IFC, por meio do Empréstimo entre Bibliotecas, totalizando 79.722 títulos de todas as Bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI IFC. No que tange os livros digitais disponíveis para acesso são mais de 13.500 títulos de livros das mais variadas áreas do conhecimento.

11.2 Áreas de Ensino e Laboratórios

O Instituto Federal Catarinense – Campus São Francisco do Sul dispõe de três laboratórios de informática com equipamentos e programas para o adequado desenvolvimento das atividades relacionadas ao Curso de Tecnologia em Logística, possuindo, além de vinte computadores cada um, quadro branco e sistema de projeção digital e/ou lousa digital e suporte técnico para que os alunos, além da realização de suas atividades, tenham auxílio qualificado.

Os laboratórios podem ser utilizados por qualquer acadêmico devidamente matriculado no Curso Superior de Tecnologia em Logística, respeitando o cronograma de utilização e o regulamento próprio dos laboratórios.

O Campus São Francisco do Sul conta com 11 salas de aulas funcionais para atender turmas de 40 alunos. As salas de aulas são equipadas com quadro branco e/ou lousa digital,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

conjunto de mesa e cadeira para o docente, carteiras para os discentes, ar condicionado, acesso à internet através de rede Wi-Fi e contam com iluminação natural e artificial.

Como espaço para atender professores e coordenações, o campus conta com: 07 salas de professores e 03 salas de coordenações, além de 06 salas administrativas.

11.3 Áreas de Esporte e Convivência

Para prática de esportes e espaços de convivência há no campus:

- a) 01 ginásio de esportes com quadra poliesportiva, adendo e vestiários com total de, aproximadamente, 1.100m²;
- b) Refeitório, anfiteatro e hall de convivência com, aproximadamente, 850m²;
- c) Áreas de jardim e espaços abertos de convivência;

11.4 Áreas de Atendimento ao Estudante

Nas instalações do campus, além das salas de aula e dos laboratórios distribuídos no listados na descrição de infraestrutura disponível, há o espaço destinado à Assistência de Alunos ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

11.5 Acessibilidade

As instalações do Campus São Francisco do Sul possuem adaptações provendo acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Campus São Francisco do Sul conta com o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que tem por objetivos desenvolver ações de implantação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas existentes, além de promover na instituição a cultura da educação para a convivência e a aceitação da diversidade, favorecendo a quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, está regulamentado pela Resolução 015/2021.

Art. 3º Entende-se por Atendimento Educacional Especializado (AEE) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. Parágrafo único. O AEE é uma das ações que compõem o atendimento ao estudante do IFC. Art. 4º O AEE é oferecido preferencialmente no contraturno das atividades didáticas e pedagógicas dos cursos nos quais os estudantes estão matriculados. Parágrafo único. O AEE poderá ser oferecido, por meio de atividades orientadas, no horário de aula, junto à turma regular, quando previsto no Plano de AEE. Art. 5º Para a realização dos atendimentos os campi devem dispor de sala adequada ao AEE.

Art. 7º São objetivos do Atendimento Educacional Especializado no IFC: I - Promover um sistema educacional inclusivo, com condições de acessibilidade necessárias à permanência e ao êxito estudantil; II - Promover condições de participação e aprendizagem, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes; em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário; III - Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; IV - Promover condições para a continuidade de estudos em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino; V - Articular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão referentes à temática.

Conforme resolução do Instituto Federal Catarinense, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados para complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes. O AEE visa garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Este Projeto é o resultado da construção coletiva de professores, técnicos administrativos e alunos, no que se refere às dimensões que fundamentam a educação, o político e o pedagógico, de um determinado período histórico. Neste sentido, se pensou o político e o pedagógico sempre interligados dialeticamente, com vistas a uma educação que reflita as condições em que vivem os atores do processo educativo do Curso de e, a partir disso, promover a melhoria das condições sociais da comunidade onde se insere o curso. Por fim, ressalta-se que novas avaliações desse projeto poderão acontecer ao longo do processo, pois a construção do conhecimento é dinâmica, provisória e inconclusa.

13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CES nº 436/2001**, aprovado em 2 de abril de 2001 - Orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>. Acesso em 06 de abr. de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei Nº 10.436/2002 e o Art. 18 da Lei Nº 10.098/ 2000.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

BRASIL. **Lei Nº 9.795/1999 e Decreto Nº 4.281/2002.** Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. **Lei Nº 10.098/2000 e Decreto Nº 5.296/2004.** Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida.

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 239/2008.** Regulamente a forma de oferta e os limites da carga horária das atividades complementares para os cursos superiores de tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 261/2006 e Resolução CNE/CES Nº 3/2007**– Definição de Carga Horária e Conceito de Hora-Aula.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 277/2006.** Organização da Educação Profissional e Tecnológica de Graduação.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº: 239/2008.** Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CES nº 293/2008** - Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf. Acesso em 06 de abr. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 11.645/2008 de 10 de março de 2008.** Altera a Lei Nº 9.394/1996, modificada pela Lei Nº 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Resolução CONAES Nº 01/2010.** Institui e normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. **Resolução do CNE/CP Nº 01/2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 23 de jun de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional dos Cursos de Tecnologia.** 3 ed.; 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em 06 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância:** reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 18 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%20018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

[2018-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em 28 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer do CNE/CES nº 17/2020** – Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=166341-pcp017-20&category_slug=novembro-2020-pdf&Itemid=30192.

Acesso em 06 de abr. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução do CNE/CES nº 01, de 5 de janeiro de 2021**– Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192.

Acesso em 06 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC**: Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A1tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023**. Blumenau, 2019. Disponível em:

https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-_ps_Consuper.pdf. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013**. Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em:

<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 28 de abr. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022 IFC/Consuper. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC)**. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. Resolução nº 054/2010 – CONSUPER. Dispõe sobre o regulamento para elaboração do Trabalho de Curso TC, dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

14 ANEXOS

ANEXO A – Portaria Coordenação de Curso

18/06/2021

PORTARIAS/CSFS/IFC DE 14 DE JUNHO DE 2021 - PORTARIAS/CSFS/IFC DE 14 DE JUNHO DE 2021 - DOI - Sistema Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/06/2021 | Edição: 111 | Seção: 2 | Página: 22

Órgão: Ministério da Educação/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense/Campus São Francisco do Sul

PORTARIAS/CSFS/IFC DE 14 DE JUNHO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria n.110/2020, DE 28/01/2020, publicada no Diário Oficial da União de 30/01/2020 e da Portaria n.2.188/2019 IFC, publicada no Diário Oficial da União de 19/07/2019, resolve:

Nº 111 - Art. 1º EXONERAR o servidor SEVERINO MIRANDOLA JÚNIOR, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1880034, do Cargo Comissionado de Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, código CD-4, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Nº 112 - Art. 1º DISPENSAR a servidora ADRIANA DA IGREJA, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2389141, da Função Gratificada de Coordenador-geral de Ensino, código FG-1, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Nº 113 - Art. 1º DISPENSAR a servidora ANDREIA LUCIANA DA ROSA SCHARMACH, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2101940, da Função de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Logística, código FCC, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Nº 114 - Art. 1º NOMEAR a servidora ADRIANA DA IGREJA, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2389141, para o Cargo Comissionado de Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão, código CD-4, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Nº 115 - Art. 1º DESIGNAR a servidora ANDREIA LUCIANA DA ROSA SCHARMACH, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 2101940, para a Função Gratificada de Coordenador-geral de Ensino, código FG-1, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Nº 116 - Art. 1º DESIGNAR a servidora SUSANA NUNES TAULÉ PINOL, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1785186, para a Função de Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Logística, código FCC, do Instituto Federal Catarinense - Campus São Francisco do Sul.

Art. 2º - Estas portarias entram em vigor na data das suas publicações.

ADALTO AIRES PARADA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

ANEXO B – Portaria Núcleo Docente Estruturante (NDE)